



CAMPANHA PRÓ-FILIAÇÃO

Policial Civil: Filie-se na UGOPOCI

- Publicada lei de retorno do Instituto de Identificação para a polícia civil

- Estados deixam de construir prisões e devolvem R\$ 187 milhões à União.

- Solenidade de Certificação dos Novos Policiais Cíveis de Goiás.

- Artigo: Crimes contra policiais civis: A classe merece o respeito de todos.

- Greve dos policiais civis: Fatos e fotos.

- Um policial civil à serviço da comunidade.

- Produtividade da Polícia Civil cresceu 23%.

CADERNO

SUMÁRIO

CAMPANHA PRÓ-FILIAÇÃO.....	0
INAUGURADA NOVA SEDE DA DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPINORTE.....	0
PUBLICADA A LEI DE RETORNO DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PARA A POLÍCIA CIVIL.....	0
PRODUTIVIDADE DA POLÍCIA CIVIL CRESCEU 23%.....	0
BÔNUS POR ARMA APREENDIDA	
PC DE GOIÁS FAZ MUTIRÃO E PRENDE 25 PESSOAS EM JANEIRO DE 2014	0
SOLEINIDADE DE CERTIFICAÇÃO DE NOVOS POLICIAIS CIVIS DE GOIÁS	
GREVE DOS POLICIAIS CIVIS: FATOS E FOTOS.....	0
PRESO PELA POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS SUSPEITO DE MATAR POLICIAL CIVIL DO DF.....	0
RANKING QUE NÃO ORGULHA	0
ESTADOS DEIXAM DE CONSTRUIR PRISÕES E DEVOLVEM R\$ 187 MILHÕES À UNIÃO	0
POLÍCIA CIVIL DIVULGA FOTOS DE FORAGIDOS DA JUSTIÇA DE ITUMBIARA	0
INAUGURADAS REFORMAS DO 10 DP E DA CENTRAL DE FLAGRANTES DE CATALÃO	0
ARTIGO: CRIMES CONTRA POLICIAIS CIVIS.....	0
BOLETIM DE OCORRÊNCIA: SAUDADES.....	0
UM POLICIAL CIVIL A SERVIÇO DA COMUNIDADE	0
SEÇÃO ELOGIOS.....	0
HUMOR	0

Parabéns a todos os policiais civis de Goiás. Aqui sabemos muito bem quem são esses verdadeiros heróis. Vocês foram verdadeiros guerreiros. No jargão policial foram as verdadeiras linhas de frente desta batalha. Fomos punidos pelos chefes mediatos, imediatos e pela máquina estatal com corte de pontos abusivos; fomos punidos pela corregedoria; fomos perseguidos, ultrajados e marginalizados por muitos, principalmente por aquela que deveria estar ao nosso lado, que é a nossa instituição. A dicotomia na polícia civil é vergonhosa e ultrajante. Para uns, da nossa instituição, tudo. Para outros nada. Somos tratados como peões, serventes e empregados particulares enquanto que outros são tratados como engenheiros, chefes, autoridades e “doutores”. Somos os patinhos feios da história.

Contra tudo e contra todos vencemos mais uma etapa desta batalha. A guerra é longa e contínua, mas as esperanças de um dia sermos reconhecidos e valorizados pelo Governo e pela nossa instituição revigoram as nossas forças para as próximas lutas. Em outros estados da federação acompanhamos a luta da direção em prol de melhores salários para seus entes. Aqui em Goiás temos que caminhar sozinhos. Temos que bater de porta em porta atrás de melhores salários. Temos que mendigar aquilo que é de direito, quer seja as reposições inflacionárias quer seja um salário digno para nossa profissão que é uma das mais perigosas do mundo.

Em nosso Estado somos os únicos, da pasta, que tem coragem de fazer greve. Se não fossem vocês, heróis desta vanguarda, talvez todos, sem exceção, estariam recebendo salários de miséria. Se temos alguma reposição ou percentual de aumento nos salários, seja ela a vista ou parcelados, é por que fomos a luta. Não ficamos na “escora” de ninguém. Ficamos desgastados com o governo e com a sociedade por que temos coragem de “dar a cara para bater”, de enfrentar a batalha.

Neste estado, onde não existe imprensa livre, Ministério Público, Legislativo e Judiciário, temos que lutar incansavelmente para sobreviver contra os poderosos, contra aqueles que tem o poder da caneta. Neste estado, onde infelizmente a Constituição Federal parece ainda não ter chegado, temos que impetrar mandados de segurança contra atos abusivos e inconstitucionais do Governo. Temos que “matar” um leão por dia.

Todos, sem exceção, temos o direito de termos um salário justo. Porém, também temos a obrigação de lutar por este salário e não atrapalhar quem está lutando. O Governo concedeu os mesmos índices que foram dados aos policiais civis para os demais servidores da pasta da SSP, portanto mais uma vitória nossa. Somos nós, policiais civis, os verdadeiros heróis desta história. Foi a nossa luta, nossa firmeza, nossa disposição e o nosso empenho que fez o Governo ceder e rever sua posição.

Esperamos que na próxima batalha, na próxima greve se for o caso, que os demais encampem essa luta conosco. Vamos lutar juntos para que os nossos pleitos sejam atendidos de forma una e igualitária. É triste ver a luta de uns e a covardia de outros.

Por fim, parabéns a todos. Parabéns aos que participaram efetivamente na greve dos policiais civis sejam nas assembleias, passeatas ou aqueles acampados na Assembleia Legislativa de Goiás. Parabéns aos que adentraram ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira quando não éramos bem vindos. Parabéns as esposas, filhos e demais familiares que participaram, de forma indireta, nesta empreitada por melhores salários. Muitos, com esses cortes de pontos, não puderam oferecer aos seus familiares o pão nosso de cada dia, mas mesmo assim não se abateram e lutaram incansavelmente contra os atos abusivos e covardes do Governo.

A União Goiana dos Policiais Civis, através de toda sua diretoria, demonstrou sua vocação em defender os direitos dos seus associados, e, por conseguinte os demais policiais civis. Está demonstrado mais uma vez que a UGOPOCI é muito forte e respeitada nos bastidores políticos de nosso Estado. Mas, com certeza fomos apenas o instrumento de luta, pois vocês, policiais civis, são os verdadeiros heróis desta vitória.

Ademar Luiz de Oliveira
Presidente da UGOPOCI



SEDE: Rua 66, Qd. 113, Lt. 53, n. 138, Centro,
Goiânia - Goiás
CEP: 74055-070
Fone/Fax: (062) 3225-4215
e-mail: ugopeci@terra.com.br (parte geral)
e-mail: ugopeci@yahoo.com.br (parte tesouraria)
Site: www.ugopoci.com.br
Twitter: www.ugopoci.com.br/twitter

Horário de Funcionamento:
Segunda a sexta-feira das 08:00 as 18:00h

Presidente: Ademar Luiz de Oliveira
1º Vice – Presidente: Marcos César da Silva Valverde
2º Vice – Presidente: José Virgílio Dias de Sousa
Diretor Administrativo: Antonio Carlos Faria dos Santos
1º Vice – Diretor: Paulo Renato Lima Siqueira
2º Vice – Diretor: Patrícia Donizete de Araújo
Secretário Geral: Estevam de Freitas Junior
1º Secretário: Wildson Antunes do Carmo
2º Secretário: Wladimir Slywitch
Tesoureiro Geral: Carlos José Ferreira de Oliveira
1º Tesoureiro: Geraldo Simeão da Silva
2º Tesoureiro: Divino de Jesus

CONSELHO DELIBERATIVO

Walter José de Queiroz
Sebastião Romeiro I
Aitubes Barbosa Diniz
Neusa Maria Vilarinhos B. Brandão
Benedito Alfredo Gomes
Mara Cristina Toledo Lima
Brasineide Clemente Ferreira
Ogmar de Souza Oliveira
José Aguilar da Silva
Benedito Carlos Gomide
Euripedes Donizete Rodrigues
José Américo de Souza
Ironilson Martins da Rocha
Vilmar Aris de Oliveira
Carlos Otávio Nogueira de Lima
Rizan Dias Pinheiro
Roberto de Oliveira Costa
Orlando Vieira Costa

CONSELHO FISCAL

Angélica Borges Batista
Nazareno Horácio Cicari
Audaísa Barsanulfo do Carmo
Adão Gomes da Silva
Gilvana Arimateia Bandeira
Luiz Roberto Cunha Damasceno
Generoso Ferreira Junior
Devenson Antônio Maestri
Leônidas Candido Tavares
Hiroshi Gondo Lima

DIRETOR COMERCIAL:

Antônio Inácio Pires
(ANTÔNIO TABAJARA)
Editor Geral: Carlos José F. de Oliveira

JORNALISTA E REVISOR:

Ubaldo Barbosa (JP 302135-GO) (62) 8115-6976

Diagramação: Gaspar Pereira

Fotos: Carlos José Ferreira de Oliveira
Dieme Magalhães Vieira dos Santos

RELAÇÕES PÚBLICAS

Dárcio Pires, Hernane Carvalho, Fagner Giulliano N. da Silva, Luiz Ferreira Pontes, Wanderson Rodrigues, Deivid Luiz, Valdir B. Bernardes, Paulo Leandro, Flávio Sérgio da Silva, Elton Gomes, Wanderley L. do Carmo, Juliano C. de Oliveira, José A. Pires, Henrique G. Toledo.

Tiragem: 10 mil exemplares

EMPRESA RESPONSÁVEL

Divulgue Comunicação
CNPJ: 13.783.749/0001-02
Rua A2, Qd. 3 Lt. 20, nº 187 St. Novo Horizonte - Goiânia/GO
Fone: (62) 3088-5606/5646
E-mail: divulguecomunicacao@gmail.com

Todas as matérias podem ser reproduzidas,
desde que citadas as fontes.

CADERNO

CADERNO

CAMPANHA PRÓ-FILIAÇÃO

***Policial Civil: Filie-se à UGOPOCI. Venha fazer parte desta luta.
Venha fazer parte desta história***

A União Goiana dos Policiais Civis – UGOPOCI, com sede própria (sete pavimentos – Auditório, departamentos, e em fase de conclusão salão de festa e academia) à Rua 66, nº 138, Centro, Goiânia – Goiás, conta com dez funcionários para melhor atendê-lo. A entidade possui ainda a Chácara Tio Patinhas (Goiânia), sub sede em Anápolis, com uma chácara ambiental, área de lazer em Porangatu (fase final de construção), área de Camping em Aruanã-GO, além de uma área de reserva ambiental no município de Cavalcante-Go.

Desde sua fundação (em 1978), por sua atuação dinâmica e sistemática, conseguiu muitas conquistas para seus filiados, sendo a principal delas a questão salarial. São mais de 36 anos de experiência lutando pelos direitos dos policiais civis. Atualmente, temos quase dois mil associados, o que faz da entidade uma das maiores do nosso Estado.

Outra atuação importante tem sido a luta para aumentar o efetivo da Polícia Civil. A UGOPOCI, em parceria com a DGPC e demais entidades, foi responsável direta pela realização deste último concurso público, que permitiu aos novos policiais civis a conclusão do curso de formação e a efetiva nomeação, tornando-os aptos a assumirem um cargo na Polícia Civil,

carreira relevante e importante no serviço público do Estado de Goiás.

Estamos finalizando os projetos relativos às negociações decorrentes da greve, que visam melhoria salarial para categoria, o que deverá se consolidar na segunda quinzena de fevereiro próximo.

Entretanto, para alcançar essas metas e para que a entidade se mantenha forte e respeitada, é preciso o reconhecimento e amadurecimento do policial quanto à participação classista e social. Quanto maior o número de filiados em uma entidade, maior será a legitimidade para falar em nome de seus representados.

Ao associar-se, você tem garantido

as seguintes vantagens: Fazer parte de uma entidade forte com quase quatro décadas de luta em prol dos servidores policiais civis, agremiação respeitada em todos os segmentos;

Auxílio Inatividade (Aposentadoria) no valor de dois salários de um agente/escrivão de 3ª classe; Auxílio pecúlio (funeral) para o associado; Assessoria jurídica (Jurilex Advocacia – Defesa no exercício da função); Hotel da UGOPOCI (em reforma), exclusivo para associados e familiares (desde que acompanhado pelo associado) em trânsito por Goiânia para tratamento de saúde ou para cursos na Academia da Polícia Civil; e o Bazar da



Presidente da UGOPOCI, Ademar Luiz, é recebido pelo Governador, Secretário de Segurança Pública e Diretor Geral para tratar sobre a greve dos policiais civis.

UGOPOCI (secos e molhados) com preços especiais para associados.

A UGOPOCI possui ainda diversos convênios, dentre os quais podemos destacar a TRIVALLE, fornecedora do Cartão ValeCard, personalizado (UGOPOCI/VALECARD), com uma gama variada de rede de estabelecimentos conveniados (supermercados, farmácias, postos de combustível, vestuário, calçados, dentre outros) por todo o Estado de Goiás com desconto via banco; Clube SESC, um dos melhores clubes do Brasil; Assessoria Jurídica em áreas diversas (Moreira e Castros Advogados – Atuação em diversas áreas); e com a Fábrica TAURUS para a aquisição de armas.

Destacamos, ainda, convênios com Salão de Barbearia (sede e Diretoria da Polícia Civil); Consultório Odontológico (sede), além de Planos odontológicos diversos com cobertura de assistência familiar; Fisioterapia (sede); Convênios com diversas faculdades, inclusive para dependentes, além de convênios com redes de Instituições de Ensino direcionados para concursos, graduação e pós - graduação; Planos funerários – de Serviços Póstumos; Clube Recreativo da Polícia Civil (Campo society nas delegacias especializadas); CONSENSO Auditoria e Assessoria Contábil, para confecção do Imposto de Renda e Contabilidade em Geral; Convênios com Apart-hotéis em Caldas Novas, além de uma gama variada de convênios (Ver pelo site da UGOPOCI - www.ugopoci.com.br).

Para associar-se, basta dirigir-se até a sede da UGOPOCI (Secretaria) em Goiânia, munidos com documentação pessoal, comprovante de endereço, duas fotos 3 x 4, conta e agência da Caixa Econômica

Federal ou Banco Itaú. COMO CORTESIA, ESTAMOS OFERECENDO AOS NOVOS FILIADOS UMA CAMISETA OFICIAL DA POLÍCIA CIVIL, A PLASTIFICAÇÃO DA CARTEIRA FUNCIONAL E A ISENÇÃO DA PRIMEIRA MENSALIDADE.

Os associados da UGOPOCI que trouxerem novos associados também ganharão uma camiseta de Polícia Civil de Goiás (somente uma, independentemente da quantidade de novos sócios).

Assim, a União Goiana dos Policiais Cíveis - UGOPOCI está de portas abertas para recebê-los. Conheça a história da nossa entidade. Filie-se!!! Venha fazer parte desta luta!!! Venha fazer parte desta história!!! Venha fazer parte da família Ugopociana.

FONTE: DIRETORIA DA UGOPOCI



Sede da União Goiana dos Policiais Cíveis - UGOPOCI

Inaugurada nova sede da Delegacia de Polícia do município de Campinorte

A Polícia Civil inaugurou no dia 16 de outubro de 2013 a nova sede da Delegacia de Polícia de Campinorte. A obra nasceu graças ao apoio dos comerciantes e populares do município, bem como de Alto Horizonte e Nova Iguaçu, e teve um custo total de R\$ 197 mil.

Segundo o Delegado de Polícia Abadio Souza e Silva, titular da Delegacia de Campinorte, as novas dependências da Polícia Civil servem como modelo para outras cidades implantarem, visando não só uma condição de trabalho digna aos policiais, mas também para que a população possa ser atendida em um ambiente confortável.

Com 257 metros quadrados de área construída, o prédio na esquina das ruas Goiás e Belém foi inaugurado na manhã da quarta-feira (16) com a presença de inúmeras autoridades.

Orçada inicialmente em R\$ 360 mil, o custo da obra foi reduzido praticamente à metade - R\$ 197.250,00 - depois que o projeto arquitetônico foi racionalizado pelo engenheiro civil Acácio Alves Pereira, de Uruaçu, que também não cobrou pelo seu serviço.

ODP de Campinorte atende com conforto e funcionalidade as necessidades da Polícia Civil com gabinete para o delegado; sala para agentes de investigação; três cartórios; sala de administração; sala



Momento da Inauguração da DP de Campinorte

para depoimento de crianças agredidas ou violentadas sexualmente (repleta de brinquedos para facilitar o trabalho dos policiais; de psicólogas e do Conselho Tutelar da cidade); cozinha; e recepção ampla. O novo DP possui rampas e portas largas, o que garante acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

“O doutor Abadio nos procurou apresentando esse projeto, estruturado e elaborado, que vai atender bem a comunidade das três cidades. Também conseguimos parcerias com outras empresas que foram importantes nessa união de esforços à obra. Sempre digo que sozinhos vamos mais rápido. Mas,

juntos, vamos mais longe”, comentou o gerente-administrativo da Mineração Maracá em Alto Horizonte, Wilson Borges. Segundo ele, a multinacional canadense Yamana Gold destinou R\$ 40 mil à sede própria do DP de Campinorte. Segundo Abadio, o terreno de 420 metros quadrados fora doado pela Prefeitura de Campinorte, na gestão passada. Esse ano, o Poder Legislativo aprovou projeto de lei do prefeito Francisco Correia Sobrinho, o Chicão (PSB) - presente ao evento - efetivando a doação. O prédio, em breve, será incorporado ao patrimônio público da Polícia Civil do Estado de Goiás.

A Prefeitura de Alto Horizonte - cidade

que recebeu uma subdelegacia da Polícia Civil há dois anos por iniciativa de Abadio, com apoio do então prefeito Cabo Borges (do PSDB, atual superintendente do Vapt-Vupt) - confiou na seriedade do delegado e destinou R\$ 30 mil ao DP de Campinorte. "Nesse ano, estamos buscando parcerias com as polícias Civil e Militar e os nossos vereadores aprovaram nosso projeto de lei, que garantiu essa doação. O doutor Abadio poderá sempre contar conosco, porque seu trabalho significa mais segurança à nossa região. Notamos, em nossa cidade, o resultado positivo de sua atuação", comentou o prefeito de Alto Horizonte, Oildo Silveira Machado (PP). Oildo esteve em Campinorte acompanhado da esposa e primeira-dama Marina Pereira do Lago, do vice-prefeito Silvestre Rodrigues Fróis (PSDB); e do vereador-presidente do Poder Legislativo, Waltemy Braz Gomides (PSDB). Ainda de acordo com o delegado, a Igreja Católica (através da Paróquia Nossa Senhora da Guia, de Campinorte) disponibilizou 5.000 tijolos à obra.

"Eu sabia que seria praticamente impossível, mas resolvi lutar mesmo assim. Era um sonho meu e da comunidade. Sinto-me lisonjeado e gratificado pelo apoio que tive e continuo tendo desse povo, que me acolheu como se fosse um filho, um irmão. Atuei como mediador da obra, tal como um membro da comunidade, que quis concretizar esse anseio". Foi dessa forma, carregada de emoção, que o delegado Abadio Souza e Silva resumiu os oito meses de seguidas batalhas para angariar recursos da iniciativa privada; de órgãos públicos; e da população em geral; para a conseguir mão de obra e materiais de construção à sede própria da



Discurso do Delegado Abadio na solenidade de inauguração da nova sede da delegacia de Campinorte

Delegacia da Polícia Civil de Campinorte, responsável também pela apuração da investigação de crimes ocorridos em Alto Horizonte e em Nova Iguaçu de Goiás.

PRESENCAS

Além das autoridades citadas, a inauguração da sede própria do DP de Campinorte foi prestigiada pelos delegados Deusny Aparecido Silva Filho (superintendente da Polícia Judiciária de Goiás); Natalício Cardoso da Silva (titular da 10ª Delegacia Regional da Polícia Civil/10ª DRP de Uruaçu); Mariza Mendes César (do DP de Uruaçu); pelo coronel Vagner Borges de Lima (comandante do 10º CRPM/Ceres); pelo tenente Valtuir Rosa da Silva (comandante da PM em Campinorte); pelo capitão Ary Dutra (comandante do 1º Peloyão Bombeiro Militar/1º PBM, de Uruaçu); pelo vice-prefeito de Nova Iguaçu, Valquênio Mendes da Costa/PTB (que representou o prefeito Vilcimar Pe-

reira Pinto/PSB); pela prefeita de Uruaçu, Solange Bertulino (PMDB); pelo promotor Afonso Antonio Gonçalves; pelo gerente de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Comunidades da Mineração Maracá, Guilherme Araújo; pelo gerente da 7ª Regional Norte em Uruaçu da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária e Justiça (Sapejus), Genair da Abadia Souza Vieira; pelo inspetor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Uruaçu, Newton Quinzani; e pelo advogado José Aurélio Silva Rocha, assessor jurídico da Prefeitura de Niquelândia. Ele representou o prefeito Luiz Teixeira (PMDB), que foi colega de Abadio antes de aposentar-se neste ano do cargo de delegado da Polícia Civil. O delegado de Campinorte é natural de Niquelândia.

FONTE: POLICIA CIVIL DE GOIÁS/DIÁRIO DO NORTE/UGOPOCI

Publicada a Lei de retorno do Instituto de Identificação para a Polícia Civil

A Diretoria da União Goiana dos Policiais Civis - UGOPOCI informa a toda sociedade goiana e, em especial aos policiais civis, que foi publicada a Lei, nº 18.327, de 30 de Dezembro de 2013 que retorna o Instituto de Identificação para a Polícia Civil de Goiás.

Veja a íntegra da Lei:

LEI Nº 18.327, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013.

Atribui nova redação ao art. 7º, inciso I, alínea “t”, e item 1, da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 7º, inciso I, alínea “t” e item 1, da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º
I –



t) Secretaria de Estado da Segurança Pública: formulação da política estadual de segurança pública, visando à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio; execução das atividades de defesa do meio ambiente, de segurança do trânsito urbano ou em rodovias, ferrovias e aquavias estaduais e, especialmente, por intermédio dos órgãos a ela subordinados, a execução das seguintes funções:

1. pela Polícia Civil: atividades de identificação civil, de polícia judiciária e apuração das infrações penais, exceto as

militares;

.....” (NR)

Art. 2º A Gerência de Patrulhamento Aéreo e a Gerência de Identificação, previstas no inciso I, alínea “c”, e no inciso XIII, alínea “d”, do Anexo Único do Decreto nº 7.238, de 28 de fevereiro de 2011, respectivamente, ficam transferidas, a primeira, para a Superintendência de Políticas de Segurança da mesma Pasta, com a denominação de Gerência de Captação e Incremento de Receita e o símbolo do respectivo cargo de Gerente modificado para CDI-5, e, a segunda, para a Delegacia-Geral da Polícia Civil, integrando o Gabinete de seu titular.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 30 de dezembro de 2013, 125º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR
Governador de Goiás

Produtividade da Polícia Civil cresceu 23%

A Polícia Civil divulgou no último dia 09 de Janeiro de 2014, relatório que demonstra que aumentou em 23,36% sua produtividade em 2013, quando comparada com 2012. Os dados são referentes à instauração, presidência e conclusão de procedimentos. O número de inquéritos instaurados e remetidos ao Judiciário cresceu quase 10% em 2013 em relação ao ano anterior, foram mais de 30 mil. O maior aumento registrado nos últimos cinco anos.

O resultado, segundo o delegado-geral adjunto da Polícia Civil, Daniel Felipe Diniz Adorni, é reflexo da adoção de um sistema de controle e incentivo à produtividade. Os autos de prisão em flagrante, por exemplo, tiveram crescimento de 41,40%, “resultante da intervenção rápida nos casos de crimes em todo o Estado”, diz.

Daniel Adorni esclarece que foi realizado um acordo com a Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) para a análise de produtividade. Isso gerou resultados positivos. “No ano de 2009 a Polícia Civil finalizou cerca de 20 mil inquéritos e já no ano de 2013 foram finalizados mais de 30 mil inquéritos. Mesmo tendo a dificuldade da greve, na principal atividade da Polícia Civil – que é esclarecer crimes – nós tivemos mais de 30 mil crimes



Delegado-geral adjunto Daniel Adorni apresenta relatório em que a produtividade da polícia civil aumentou 23,36%

esclarecidos, sendo nosso recorde absoluto”, avalia.

Em 2013 foram realizados 298.321 procedimentos, sendo 245.757 Boletins de Ocorrência; 17.182 autos de prisão em flagrante; 7.750 Boletins de Ocorrência Circunstanciados (referentes a menores de idade); 30.305 inquéritos policiais remetidos ao Judiciário e 35.418 inquéritos iniciados. Em 2012 esse total foi de 241.824, em 2011 foram 234.035 procedimentos e em 2010 se contabilizou 151.912.

PROJEÇÕES 2014

Neste ano, há uma previsão de au-

mento do efetivo da Polícia Civil, que hoje é de 3.104, devendo ser, segundo Adorni, um dos maiores do Brasil. Com a entrada de 862 novos servidores haverá um aumento de 27,22%. “Isso vai modificar radicalmente a nossa atividade. Nós vamos poder nos estabelecer com muito mais ramificações em todo o Estado, reforçando a nossa atividade na Capital, mas principalmente no interior, no Entorno do Distrito Federal. Então, a nossa esperança é que esses números aumentem e a gente possa levar mais punibilidade para a população que não atenta à legislação penal e mais

tranquilidade para o cidadão de bem.”

Além do aumento dessa força de trabalho, o governo de Goiás, também de acordo com o delegado-geral adjunto, também está investindo na infraestrutura da Polícia Civil. Cem delegacias serão reformadas e a nova sede da Academia da Polícia Civil deve ser concluída. “Juntamente com os investimentos que foram feitos em mobiliário, viaturas, armamentos e compu-

tadores isso dignifica a vida do policial civil, que presta serviços numa unidade e principalmente, gera conforto no atendimento do cidadão que vai à unidade da Polícia Civil para ser atendido”, garante.

Com recursos totais de R\$ 3.965.028,64, de convênios com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), a Academia da Polícia Civil tem conclusão prevista para próximo mês de março.

Numa área de aproximadamente 23 mil metros quadrados, a unidade terá salas de aula climatizadas, quadra poliesportiva, piscina semi-olímpica, estacionamento amplo e um dos estandes de tiro mais modernos da América Latina.

FONTE: TEXTO EXTRAÍDO DO DM ONLINE, DO DIA 10.01.14



Dia 09 de Maio
Dia do Policial Civil em Goiás
(Lei nº. 11.893, de 03 de Fevereiro de 1993)
(Lei nº. 16.901, 26 de Janeiro de 2010, Art. 101)



Mensagem da União Goiana dos Policiais Civis - UGOPOCI

A Diretoria e funcionários da UGOPOCI, nesta data tão especial, 09 de maio, Dia do Policial Civil em Goiás, gostaria de homenagear os verdadeiros heróis deste Estado. Aqueles que combatem a criminalidade com afinho e dedicação. Reconhecemos, de forma pública, neste dia, o esforço, a dedicação, o profissionalismo e a competência destes valorosos policiais pelos excelentes trabalhos desenvolvidos ao longo de suas respectivas carreiras. Ser policial civil é não ter medo de desafios. Ser policial civil é manter o bom humor apesar das dificuldades. É ter sempre disposição para aprender coisas novas, sabendo sempre interagir com os outros. Ser policial civil é agir nos momentos certos e com a devida justiça. Ser policial civil é estender as mãos para quem precisa, zelando pela vida e servindo bem a comunidade. Ser policial civil é ser parceiro, amigo e companheiro. Em sua atividade, como policial, deve agregar conhecimento, ética, determinação, técnica, paciência e inteligência. Enfim: Ser policial civil é uma eterna abnegação, uma eterna paixão. **PARABÉNS AOS POLICIAIS CIVIS DE GOIÁS.**

São os Sinceros Votos da Diretoria e Funcionários da UGOPOCI

Bônus

por arma apreendida

Integrantes das Polícias Militar, Civil, Técnico-Científica e Bombeiros Militares passarão a ter uma gratificação de R\$ 200,00 por arma apreendida em Goiás. A medida, que integra o programa Goiás Mais Seguro, já é adotada em outras unidades da Federação. A iniciativa deverá consumir anualmente R\$ 1 milhão dos cofres estaduais. O anúncio foi feito no último dia 10 de Janeiro de 2014 pelo titular da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), Joaquim Mesquita.

Conforme dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), no ano de 2013 a Polícia Militar (PM) apreendeu 3.238 armas de fogo irregulares, mais de 25% do que foi apreendido em 2012. Em janeiro deste ano, outras 282 armas foram apreendidas. A bonificação consta do Decreto 7.872 que regulamentou a Lei 17.881, que criou o Programa Goiás Mais Seguro. Armas de brinquedo ou simulacros não serão contemplados, a não ser que a perícia confirme que elas funcionem.

Dentro do Programa Goiás Mais Seguro foram criadas 36 Regiões Integradas de Segurança Pública (Risp). O programa prevê ainda a padronização das áreas de atuação das Polícias Civil e Militar, o mapeamento das ocorrências prioritárias em cada Risp, a definição de metas de



Foto ilustrativa: Google

Secretário de Segurança Pública Joaquim Mesquita lança o Programa Goiás Mais Seguro

redução de criminalidade e de ações conjuntas para atingir as metas pactuadas.



Foto ilustrativa: Google

Bônus aos policiais por arma apreendida

BONIFICAÇÃO

Veja como vai funcionar o programa:

- Armas de brinquedos ou simulacros não serão contemplados, a não ser que a perícia confirme que eles funcionem.
- O pagamento do bônus será individual ou coletivo, dependendo do número de policiais que participarem da apreensão.
- Para isso serão observados procedimentos legais, como o registro do boletim de ocorrência

Veja na página seguinte, a íntegra do Decreto Estadual.

DECRETO Nº 7.872, DE 30 DE ABRIL DE 2013

Baixa o regulamento do Programa Goiás Cidadão Seguro, instituído pela Lei nº 17.881, de 27 de dezembro de 2012, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, nos termos do art. 14 da Lei nº 17.881, de 27 de dezembro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201300013000910,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta o Programa Goiás Cidadão Seguro, instituído pela Lei nº 17.881, de 27 de dezembro de 2012, de âmbito estadual, cujo Comitê Gestor fica criado, sob a presidência do Secretário de Estado da Segurança Pública e Justiça.

Parágrafo único. O Programa mencionado neste artigo tem por objetivo indenizar, a título de estímulo, os operadores de segurança pública pela obtenção de extraordinária redução de crimes de alta prioridade – RECAP – e apresentação de produtividade extraordinária individual.

Art. 2º Para efeito de percepção das indenizações previstas no parágrafo único do art. 1º, a última na modalidade apreensão de armas, ficam instituídas as seguintes Áreas Integradas de Segurança Prioritária – AISP – das Regiões da cidade de Goiânia:

I – Área Integrada de Segurança Prioritária 1 – AISP1: Região Central;

II – Área Integrada de Segurança Prioritária 2 – AISP2: Região Noroeste;

III – Área Integrada de Segurança Prioritária 3 – AISP3: Região Norte;

IV – Área Integrada de Segurança Prioritária 4 – AISP4: Região Sudoeste;

V – Área Integrada de Segurança Prioritária 5 – AISP 5: Região Oeste;

VI – Área Integrada de Segurança Prioritária 6 – AISP 6: Região Sul;

VII – Área Integrada de Segurança Prioritária 7 – AISP 7: Região Leste.

Parágrafo único. A formação de Área Integrada de Segurança – AIS – e de Área Integrada de Segurança Prioritária – AISP – abrangendo setores, bairros ou vilas, bem como a fixação da circunscrição de cada Unidade Operacional das Instituições de Segurança Pública, para fins de percepção da indenização mencionada no caput deste artigo, dar-se-ão por ato do Secretário de Estado da Segurança Pública e Justiça.

Art. 3º Ato do Secretário de Estado da Segurança Pública e Justiça disporá sobre a composição, mandato e atribuições do Comitê Gestor do Programa Goiás Cidadão Seguro.

CAPÍTULO II

DA INDENIZAÇÃO POR REDUÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE CRIMES DE ALTA PRIORIDADE

Art. 4º Para fins de percepção da indenização por Redução Extraordinária de Crimes de Alta Prioridade – RECAP – e de mensuração da redução percentual ou absoluta, por meio da média ponderada das Áreas Integradas de Segurança Prioritária – AISP –, consideram-se Crimes de Alta Prioridade – CAP – os seguintes

tipos penais:

I – homicídio doloso;

II – roubo de veículos;

III – furto de veículos.

Art. 5º Para a concessão de indenização por Redução Extraordinária de Crimes de Alta Prioridade, nível 1 – RECAP 1 –, a redução trimestral percentual da média ponderada alcançada pela AISP deverá ser maior que a estipulada para a RECAP 2, nível 2.

Art. 6º Para a concessão de indenização por Redução Extraordinária de Crimes de Alta Prioridade, nível 2 – RECAP 2 –, a AIS ou AISP deverá alcançar redução trimestral mínima percentual da média ponderada de 10% (dez por cento) do número de CAP, por 100.000 (cem mil) habitantes.

Art. 7º O cálculo da média ponderada de unidades que possuem atribuição de atuação em mais de uma AIS ou AISP será feito pela soma das médias ponderadas dos números de CAP de cada AIS ou AISP, dividida pelo número de AIS ou AISP, que deverá atingir a redução percentual estabelecida no art. 4º deste Decreto.

Art. 8º A média ponderada percentual de redução do número de CAP de cada AIS, AISP ou AISE será calculada pela soma da taxa por 100.000 habitantes de cada tipo penal, dividida pelo número de tipos penais.

Art. 9º Para a percepção da RECAP, entende-se como efetivo de operadores de segurança pública o policial-militar, o bombeiro-militar, o policial civil, o policial técnico-científico e o agente de segurança prisional do Estado de Goiás que es-

tenham efetivamente no exercício de suas funções, excluídos os que se encontrem ausentes por qualquer motivo e desde que a ausência seja por período igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do considerado para aferição da redução dos CAP, ficando cada titular de órgão operativo de AIS, AISP e AISE obrigado a fornecer, trimestralmente, ao comitê gestor do programa, relação nominal dos operadores de segurança pública que devam ser excluídos do recebimento da respectiva RECAP.

Parágrafo único. Também serão considerados efetivos da AIS ou AISP, para percepção da RECAP, aqueles operadores de segurança pública que pertencerem a outras unidades operacionais ou administrativas que forem colocados à disposição de determinada AIS ou AISP, para cumprimento de suas atividades durante o período de aferição de redução dos CAP.

CAPÍTULO III

DA INDENIZAÇÃO DE PRODUTIVIDADE EXTRAORDINÁRIA INDIVIDUAL – IPEI – MODALIDADE APREENSÃO DE ARMAS

Art. 10. Farão jus à IPEI na modalidade apreensão de armas os policiais-militares, policiais-civis e servidores efetivos da Agência Goiana do Sistema de Execução

Penal – AGSEP – que, no exercício de suas atividades e mediante apreensão em flagrante, entregarem à autoridade competente da polícia judiciária arma de fogo em situação de posse, propriedade ou porte irregular ou ilegal, conforme dispõe a Lei nº 10.826/2003.

Parágrafo único. Também farão jus à IPEI na modalidade mencionada neste artigo os Peritos Criminais da Polícia Técnico-Científica que subscreverem o Laudo de Caracterização e Funcionamento do referido armamento, no prazo definido no Anexo Único deste Decreto.

Art. 11. A apreensão de arma será comprovada mediante Boletim de Ocorrência da Polícia Judiciária, contendo o(s) nome(s) do(s) operador(es) de segurança pública responsável(is) pela apreensão.

Art. 12. O Delegado Regional de Polícia, o Comandante de OPM e os responsáveis pelos Grupos de Unidades Operacionais ou Unidades Prisionais devem enviar cópia ao Comitê Gestor do Programa, das planilhas da modalidade apreensão de armas e dos BOs registrados pela Polícia Judiciária de acordo com o disposto no art. 9º deste Decreto.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os casos omissos serão dirimidos pelo Comitê de Gestão do Programa Goiás Cidadão Seguro.

Art. 14. Os prazos de recurso estabelecidos no Anexo Único deste Decreto servirão exclusivamente para correção de material já entregue.

Art. 15. Serão excluídas do pagamento da IPEI, modalidade apreensão de armas, as unidades operacionais especializadas ou administrativas de segurança pública que:

I – não cumprirem os prazos estipulados no Anexo Único deste Decreto;

II – não entregarem ao Comitê Gestor a documentação completa relativa a modalidade, conforme disposto no art. 11 deste Decreto.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 30 de abril de 2013, 125º da República.

*MARCONI FERREIRA PERILLO
JÚNIOR
JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO
MESQUITA*

PC de Goianésia faz mutirão e prende 25 pessoas em janeiro/14

Como resultado da operação iniciada nos primeiros dias de janeiro, visando cumprir mais de 300 mandados de prisão expedidos pelo Poder Judiciário, policiais civis de Goianésia já contabilizam a prisão de 22 pessoas, acusadas pela prática de diversos crimes no município, como homicídios, furtos, roubos e tráfico de drogas.

Outras três foram presas em flagrante pela prática de roubo e posse de munições de uso permitido, totalizando 25 presos pela Polícia Civil (PC), dentre os quais um pastor acusado de estupro, fato ocorrido há nove anos, em Goianésia. O “pastor” é conhecido na cidade por pregar nas praças e semáforos, sempre com mensagens apocalípticas e por ter afirmado em um vídeo que a Terra é quadrada.

De acordo com Marco Antônio Maia, titular da 15ª Delegacia Regional de Polícia, as prisões ocorreram em todas as regiões da cidade, principalmente em locais com altos índices de homicídios e de tráfico e consumo de drogas.

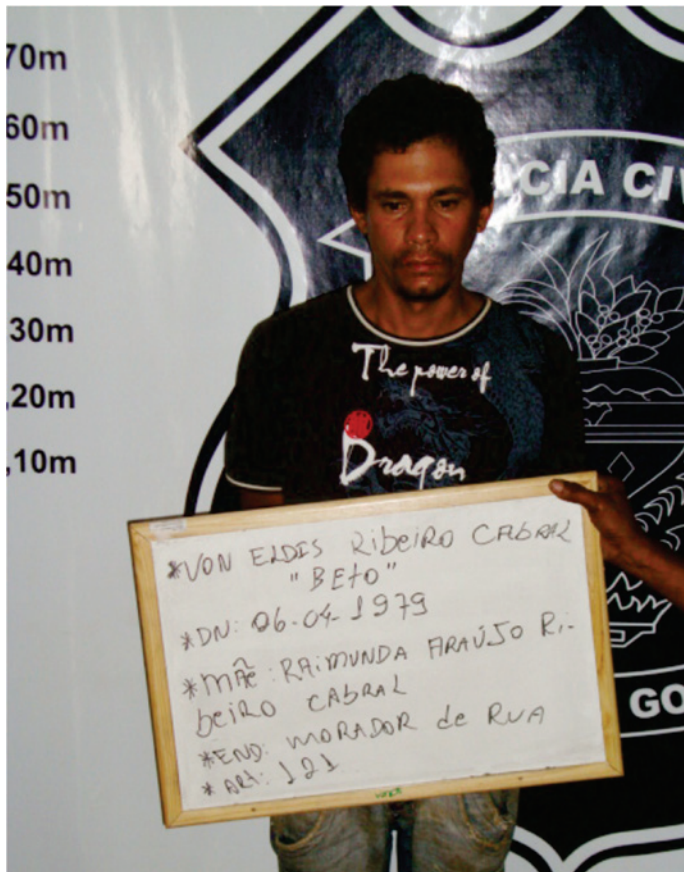


Delegado Marco Antônio Maia é o titular da 15ª Delegacia Regional de Polícia

“Além das prisões, os policiais civis apreenderam várias porções de entorpecentes e cachimbos artesanais utilizados no consumo de drogas. Essas apreensões resultaram na prisão de outras 12 pessoas, levadas à DP e liberadas após assinarem o Termo Circunstanciado de

Ocorrência (TCO), na condição de usuários”, disse.

Os agentes contaram com o apoio da população para prender os foragidos e outros criminosos, graças às denúncias feitas à PC de Goianésia. O delegado cita que a pressão exercida pela PC na execu-



Acusado Von Eldes Ribeiro Cabral preso na operação



Jalmir de Jesus, o Jaime, preso na Operação 300+

ção da operação, está fazendo com que vários foragidos da Justiça manifestem desejo de se apresentarem.

“Eles têm receio de serem presos em casa ou mesmo em qualquer outro local”, assinalou Maia, afirmando que os policiais continuarão firmes no propósito de cumprir, dentro da possibilidade, o maior

número de prisões enquanto for possível manter a operação em andamento.

Coordenada por Marco Antônio Maia Júnior, a operação está sendo efetivada pelos policiais Valdeir José, Washington Luiz, Eliano Glória, Sérgio Reis, Juarez Moreira, Eurico Moreira, Humberto Moreira, Emiliano de Medeiros, Jeferson Aparecido e Samuel Borges.

“Nosso objetivo é encerrar essa operação com o maior número de presos possível e passar à população uma sensação de segurança, além de permitir ao Judiciário a execução das penas pelos crimes cometidos”, assinalou Marco Antônio Maia.

FONTE: PC DE GOIANÉSIA

Solenidade de Certificação de Novos Policiais Civis de Goiás

Aconteceu no último dia 14 de Janeiro de 2014, no Centro de Cultura, Esporte e Lazer da Advocacia de Goiás (CEL/OAB), a Cerimônia de Certificação dos Cursos de Formação Profissional para provimento dos cargos de Delegado Substituto, de Agentes e Escrivães de 3ª classe da Polícia Civil.



Solenidade de Certificação dos Novos Policiais Civis de Goiás

Participaram da solenidade as seguintes autoridades: Governador do Estado Marconi Perillo, que era o paraninfo dos formandos, a primeira-dama, Valéria Perillo, que era a madrinha das turmas; o vice-governador José Eliton; o Secretário de Segurança Pública, Joaquim Mesquita; o Delegado Geral da Polícia Civil, João Carlos Gorski; o comandante geral da Polícia Militar, coronel Sílvio Benedito Alves; o depu-

tado federal João Campos; o deputado estadual Marcos Martins; a Gerente de Ensino da Polícia Civil, Lilian de Fátima Sena, Ademar Luiz de Oliveira, presidente da UGOPOCI, Silveira Alves de Moura, pre-

sidente do Sinpol, Fábio Alves de Castro Vilela, presidente do Sindepol, além de mais de três mil pessoas que estiveram no evento e também participaram da solenidade.



Diretoria da UGOPOCI e instrutores da Academia na solenidade de Certificação dos novos policiais civis de Goiás

A Gerente de Ensino da Polícia Civil Lilian de Fátima Sena informou que serão 806 novos policiais civis, além dos que estão em condição sub judice, entre delegados, agentes e escrivães, que se formaram após passar por etapas eliminatórias e classificatórias num concurso no qual foram inscritos mais de 30 mil candidatos. Com a conclusão do concurso, a Polícia Civil de Goiás contará com um acréscimo de 30% em seu efetivo. Ao todo, o governador nomeou 865 novos policiais civis.

O presidente da UGOPOCI, Ademar Luiz de Oliveira, na oportunidade, cobrou do governador Marconi Perillo os compromissos firmados para o encerramento da greve. Além disso, entregou nas mãos do governador um ofício, assinado pela UGOPOCI e SINPOL, pontuando tudo o que foi discutido e acordado com o governo durante a greve dos policiais civis. O governador prometeu cumprir o que foi acordado.



Presidente da UGOPOCI cobra do governador Marconi Perillo os compromissos firmados com a categoria

Foi aberta na solenidade de certificação uma faixa patrocinada pela UGOPOCI e SINPOL com os seguintes dizeres: “GOVERNADOR, O SECRETARIADO AGUARDA SUA AUTORIZAÇÃO PARA O ENCAMINHAMENTO FINAL DO ACORDO FIRMADO.”



Faixa da UGOPOCI e SINPOL cobrando uma posição concreta do governador Marconi Perillo

Durante a solenidade, Marconi Perillo falou dos problemas da Segurança Pública, destacando a necessidade de mais recursos para área, que poderiam vir através de criação de Emenda Constitucional que determinasse que o Governo Federal também se responsabilizasse com a área da Segurança Pública nos Estados.

Encerrando seu pronunciamento, o Governador Marconi Perillo disse o que os formandos mais desejam ouvir neste dia. Ele determinou que fosse lido o decreto no qual ele nomeou todos os formandos imediatamente, o que contagiou todo o salão de forma efusiva. Desta forma, os novos policiais civis terão 30 dias, a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, para fazerem os exames médicos para tomar posse em sua nova função.



Composição da mesa por ocasião do Hino Nacional

O presidente da UGOPOCI, juntamente com toda sua diretoria, parabeniza os

novos policiais do Estado de Goiás, desejando sucesso em suas novas funções. “Que todos possam cumprir fielmente o que determina a lei e lutar pela justiça em nosso Estado. E, que os ensinamentos adquiridos na academia da Polícia Civil possa nortear excelentes investigações policiais”, disse Ademar Luiz de Oliveira.

Em tempo: O presidente da UGOPOCI convida os novos policiais civis a conhecerem a sede da entidade, localizada na rua 66, Centro, Goiânia - GO. Conclama ainda que esses novos policiais civis associem-se a UGOPOCI para fazerem parte desta luta sindical que já perdura por mais de 36 anos, recheada de sucessos e vitórias. Venham fazer parte da nossa história. Venham fazer parte do nosso time!!!

Confira mais fotos da solenidade de Certificação:



Orador fala em nome dos novos policiais civis

José Virgílio (UGOPOCI), Ricardo Vilaverde, Antonio Carlos (UGOPOCI), Ademar Luiz (Presidente da UGOPOCI), Elton Magalhães (Cmte da GCM) e Silveira Alves (Presidente do Sinpol)



Oradores da Solenidade de Certificação e futuros policiais civis de Goiás



Instrutores e Policiais Civis lotados no Grupo Tático 3 (GT3) da polícia civil presentes na Solenidade de Certificação dos futuros policiais civis de Goiás



Discurso proferido aos novos PCs pelo Delegado Geral da Polícia Civil João Gorski



Secretário de Segurança Pública discursa na Solenidade de Certificação dos futuros policiais civis de Goiás



Governador Marconi Perillo marca presença na solenidade e discursa para os novos policiais civis de Goiás



Governador Marconi Perillo entrega aos novos policiais civis o Certificado de conclusão do curso



Gerente de Ensino da Academia da Polícia Civil, Lillian de Fátima Sena com o Presidente da UGOPOCI, Ademar Luiz de Oliveira



Momento de confraternização dos alunos após o anúncio do governador em nomear os novos policiais civis



Assis Brasil (agente), Ricardo (agente e instrutor da academia), Delegada Lillian (gerente da academia), Ademar Luiz (Presidente da UGOPOCI) e Emival (agente e instrutor da academia) de Goiás



Faixa de felicitações aos novos policiais civis de Goiás

FONTE: UGOPOCI

CADERNO

CADERNO

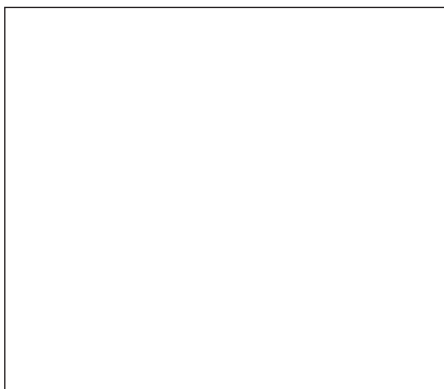
Novos policiais civis são nomeados

O decreto de nomeação dos 865 aprovados no Curso de Formação Profissional de delegados substitutos da Polícia Civil e agentes e escrivães da polícia de terceira classe foi publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, no último dia 17 de Janeiro de 2014.

Os novos delegados, agentes e escrivães passaram por um rigoroso processo seletivo, organizado pela Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), por meio da Escola de Governo Henrique Santillo e Universidade Estadual de Goiás (UEG), e pela Polícia Civil.

Mais de 30 mil candidatos concorreram às vagas. Foram nove etapas eliminatórias e classificatórias. O curso de formação foi a última etapa, com 325 horas/aula para agentes e escrivães e 477 horas/aula para delegados. Com a nomeação dos formandos, a Polícia Civil tem acréscimo de 30% em seu efetivo.

Veja a íntegra do decreto:



DECRETO DE 14 DE JANEIRO DE 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 201400007000088, resolve:

I – nomear, com fundamento nos arts. 13, inciso I, 14, 15, 16, inciso I, e 17 da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, o pessoal constante dos Anexos I e II deste Decreto para exercer, em caráter efetivo, os cargos de Delegado de Polícia Substituto, Agente de Polícia da 3ª Classe, Padrão I, e Escrivão de Polícia da 3ª Classe, Padrão I, todos da Delegacia-Geral da Polícia Civil, em virtude de habilitação em concurso público a que se submeteu na forma da lei;

II – delegar ao Secretário de Gestão e Planejamento, **LEONARDO MOURA VILELA**, competência para proceder, mediante portaria, a correções de erros materiais pertinentes a classificações, nomes, cargos e CPFs ou RGs do pessoal constante dos referidos Anexos.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em
Goiânia, 14 de *Janeiro* de 2014, 126ª da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

Greve dos Policiais Civis: Início e fim

Fatos e Fotos

Reunidos em assembleia geral, no pátio das delegacias especializadas, agentes e escrivães da Polícia Civil de Goiás iniciaram uma greve geral no ano passado, mais precisamente no dia 17 de Setembro. Na oportunidade, a categoria pedia a negociação da reestruturação salarial, a reestruturação da carreira e o pagamento do bônus por resultado.

O motivo principal da greve foi por que o que ficou acordado entre as categorias que representam os policiais civis e o governo, em greve passada (meados de 2012), não foi cumprido na sua integralidade, o que gerou insatisfação da categoria e o início de um movimento paredista gradativo, com o objetivo de abrir novamente as negociações, culminando com a greve geral dos policiais civis.

Tentando intimidar os policiais civis e demais servidores do Estado de Goiás, o governo editou o decreto nº 7.964/13 que, dentre outras medidas, previa o corte de ponto dos grevistas, a instauração de processo administrativo, a exoneração imediata de servidores grevistas comissionados e a dispensa de servidores que ocupam cargos em confiança.

Em contrapartida, as entidades que



defendem a categoria entraram com mandados de segurança contra o corte de ponto anunciado pela Direção da Polícia Civil e também com uma ADIN (Ação direta de inconstitucionalidade) contra o decreto do governo estadual que visava proibir, principalmente, o direito constitucional de servidores públicos em realizar greves.

No decorrer da greve vários atos foram praticados pelos policiais civis, dentre eles merece destaque a fixação de 500 cruzes, no dia 02 de outubro, posicionadas lado a lado, representando o número de vítimas de homicídios em Goiânia no ano de 2013.



Cruzes foram posicionadas lado a lado, no pátio das delegacias especializadas, representando o número de vítimas de homicídio em Goiás

No dia 09 de Outubro de 2013, após uma assembleia geral dos policiais civis, no pátio das delegacias especializadas, onde a categoria decidiu pela continuidade da greve, foi proposta e deliberada uma caminhada em direção à Secretaria

de Segurança Pública. No percurso, os policiais civis gritaram palavras de ordem e distribuíram panfletos à comunidade, explicando os reais motivos da greve.



Policiais civis, em greve, fazem passeata pelas ruas de Goiânia

A greve já era realidade. A maioria dos policiais civis aderiu ao movimento. O movimento chamou a atenção da sociedade civil organizada. No dia 10 de Outubro, veiculou na imprensa que o presidente da OAB em Goiás, Henrique Tibúrcio, havia cobrado do Governador Marconi Perillo, em ofício, o fim da greve da Polícia Civil, parada desde o último dia 17 de Setembro de 2013. Segundo a OAB, mais de 22 mil ocorrências deixaram de ser registradas e mais de 70 mil inquéritos em andamento em todo o Estado estavam parados desde o início da greve dos policiais.

No dia 16 de outubro de 2013 parte dos funcionários públicos, ligados a Polícia Civil de Goiás, do Instituto Médico Legal e do Instituto de Criminalística de todo o Estado, em assembléia, aderiram à greve dos policiais civis.

A categoria reivindicava aumento no piso salarial para R\$ 7.250,00, mais pagamento de 20% de produtividade. O governo ofereceu apenas proposta de produtividade em 20% a partir da

readequação da carreira do policial civil. A proposta não foi aceita.

Foi feita uma manifestação pacífica na Assembléia Legislativa de Goiás (ALEGO), onde os policiais civis, em greve há quase um mês, transformaram o pátio da ALEGO em Cemitério do PSDB.



Cruzes foram fincadas no pátio da ALEGO simbolizando o aumento da taxa de homicídios em Goiás



Assembléia Geral dos Policiais Civis no pátio do ALEGO, em Goiânia

Da Assembleia Legislativa, cerca de 500 policiais civis caminharam até o Tribunal de Justiça e de lá, para o Palácio Pedro Ludovico.

Neste ato, os policiais civis queriam que a Justiça revogasse o decreto do governador Marconi Perillo que determinava o corte de ponto dos policiais grevistas.



Protestos na Porta do Tribunal de Justiça de Goiás contra o corte de ponto dos policiais civis em greve

Na manhã do dia 18 de outubro, a diretoria executiva da União Goiana dos Policiais Civis, através do presidente Ademar Luiz de Oliveira e do Vice José Virgílio Dias de Souza esteve reunida com o Secretário da Fazenda José Taveira, tentando buscar apoio político e técnico para dar uma solução final à greve dos policiais civis, através de uma negociação com a categoria.

Por sua vez, o Secretário José Taveira, na oportunidade, se mostrava preocupado com a situação e entendia que era preciso construir uma saída urgente.



Diretoria da UGOPOCI, durante a greve, é recebida pelo Secretário da Fazenda, José Taveira

Reunião com Membro do CONSIND



Diretoria da UGOPOCI mostra documentos ao Secretário Vilmar Rocha

Em outra Assembléia da categoria, agendada para 21 de outubro, deliberou-se pela continuidade da Greve. Houve também a adesão maciça dos servidores dos Institutos de Medicina Legal, Criminalística e Identificação.

Ficou decidido que os servidores da Polícia Civil de Goiás que atuam nos Institutos Médicos Legais (IMLs) do estado não iriam mais fazer o serviço de necropsia nos corpos no período noturno. Ficou decidido que os funcionários iriam trabalhar somente das 8h às 18h, por tempo indeterminado.

Conforme deliberação do Comando de Greve foi repassada aos funcionários do IML e do IC a instrução normativa da greve.



Assembléia dos Policiais Civis defronte ao Instituto Médico Legal

Na tarde do dia 22 de outubro, a diretoria da UGOPOCI, representada pelo seu Presidente Ademar Oliveira e Vice-presidente Jose Virgilio reuniu-se com o Secretario da Controladoria e membro do Conselho Estadual de Políticas Salariais e Relações Sindicais - CONSIND Dr. Jose Carlos Siqueira.

A correria nos gabinetes, pela a UGOPOCI, é no sentido de juntar esforços na tentativa de levar as justificativas necessárias para que o Governo acelere as negociações e que atenda finalmente as reivindicações pleiteadas pela categoria.

Segundo o secretário José Carlos Siqueira, esta interlocução dos líderes sindicais com cada membro do CONSIND, tem sido importante na medida em que todos passam a saber de detalhes da proposta e da gravidade da situação.

Afirmou ainda que, mesmo com inúmeras pendências no governo para serem solucionadas, quando o conselho se reúne, estas (dos policiais civis) se tornam mais ágeis e céleres.



Presidente da UGOPOCI apresenta a proposta dos policiais civis ao Secretário José Carlos Siqueira

Nova Assembleia Geral

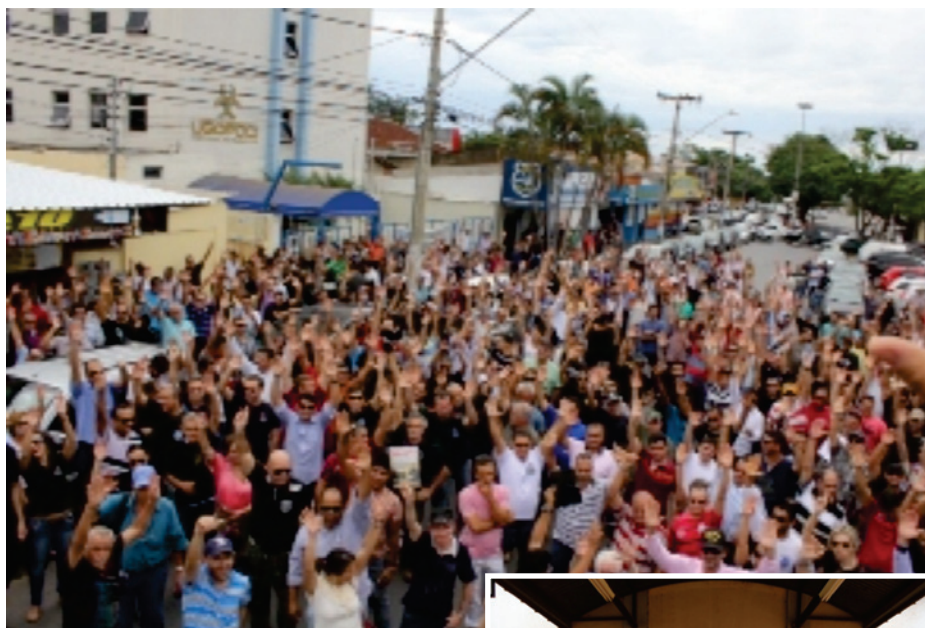
Após reunião, na manhã do dia 31 de outubro, com o Deputado Estadual Marcos Martins, os representantes dos policiais civis (UGOPOCI e SINPOL) se concentraram em frente ao Instituto de Identificação, na Rua 66, com a categoria dos policiais civis para tratar de assuntos referente a greve.

Na assembleia foi dito aos policiais civis que a UGOPOCI e o SINPOL ratificaram ao Deputado Marcos Martins que fica mantido o pedido ao governo referente ao piso de R\$ 7.250,00 com reestruturação da carreira. Do outro lado, o Deputado solicitou novo prazo para deliberar com o governo.

Nesta assembleia, os policiais civis decidem pela continuidade da greve.



Assembléia realizada em frente ao Instituto de Identificação, em Goiânia



Policiais civis decidem pela continuidade da greve



Policiais Civis aderem a paralisação de 24 horas

Paralisação total das atividades

Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 07 de novembro, no pátio das Delegacias Especializadas, PARALISAÇÃO TOTAL DE TODAS AS ATIVIDADES da Polícia Civil, em todo o Estado de Goiás, por 24 horas consecutivas.

A determinação da categoria foi de que 100% das atividades, em delegacias e institutos, fossem paralisadas por 24 horas. Essa decisão incluía a necropsia, liberação e entrega de corpos por parte do Instituto Médico Legal (IML).

A decisão tomada foi uma resposta da categoria para o não atendimento das reivindicações e pelo corte de ponto dos grevistas por parte do Governo

vam que o governo apresentasse uma proposta concreta à pauta de reivindicações da categoria.



Policiais civis, no hall de entrada da ALEGO, aguardam resposta definitiva do Governo

Antes da radicalização e ocupação do plenário da Alego, dirigentes sindicais estiveram reunidos com o deputado estadual Marcos Martins Machado, que tentava negociar com o governo o fim da greve. O presidente da ALEGO, deputado Helder Valim recebeu os sindicalistas e pediu que eles não invadissem o plenário da casa, garantindo que intermediaria, em conjunto com as lideranças, as negociações com o governo, além de apoiar a classe nas demandas com o poder legislativo.

No entanto, no período da tarde houve a confirmação que o Governo do Estado não havia apresentado nenhuma contraproposta.

Policiais Civis ocupam a Assembleia Legislativa de Goiás

O plenário da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) foi ocupado, de forma pacífica, por cerca de 300 policiais civis no final da tarde do dia 18 de novembro, dois meses após o início da greve.

Os policiais civis, em greve há mais de 60 dias, realizavam manifestação em frente à Casa desde a manhã e aguarda-



Dentro da ALEGO policiais civis cantam o Hino Nacional

PROMESSA



Policiais civis acampados na ALEGO, em Goiânia



Policiais civis fixam faixas dentro da ALEGO



Policiais montam barracas dentro do plenário da ALEGO



Policiais civis, em greve, pede que o governador negocie



Trio de Guerreiros: Policiais civis aposentados Edinho, Nazareno e Paulo Francinete



Policiais civis, acampados, fazem suas refeições dentro da ALEGO



Policiais civis dormem na ALEGO



Dirigentes classistas acampados na ALEGO



Banner da UGOPOCI presente na ALEGO



Diretor da UGOPOCI, Paulo Renato, assina folha de frequência dentro da ALEGO



Policiais civis, em greve, fazem orações



Plenária lotada de policiais civis - ALEGO



Reunião para tomar decisões sobre o futuro da greve



Comando de Greve presente na ALEGO



Comando de Greve se reúne com o líder do Governo Deputado Fábio de Sousa

Desocupação da Assembleia Legislativa de Goiás

Em Assembleia Geral dos Policiais Civis em Greve, ocorrida no dia 28 de novembro, no Plenário da ALEGO, os policiais civis presentes decidiram desocupar o Plenário da Assembleia Legislativa do

Estado de Goiás (ALEGO), com o compromisso do Governador Marconi Perillo de receber a categoria para negociar as reivindicações da greve.

A decisão foi tomada depois que o Chefe do Executivo fez o compromisso público de receber a categoria se o Plenário fosse desocupado. O Governador reafirmou a vários policiais que com a desocupação receberia uma Comissão de Negociação.

Sendo assim, após 11 dias de ocupação, no dia 29 de novembro, agentes e escrivães da Polícia Civil resolveram deixar o plenário da Assembleia Legislativa de Goiás. A categoria decidiu sair do local para avançar na negociação de aumento salarial com o governo do estado.

“O governador Marconi Perillo disse que estava disposto a negociar caso desocupássemos o plenário. Nós achamos que essa abertura é um sinal e decidimos, em assembleia ontem, pela desocupação”, disse ao G1 o presidente da União Goiana dos Policiais Civis (Ugopoci), Ademar Luiz de Oliveira.



Em votação, policiais civis decidem pela desocupação da ALEGO

Por volta das 10h da manhã, do dia 29 de novembro, os policiais civis que estavam no plenário se deslocaram para o auditório Costa Lima para aguardar uma

série de reuniões que foram agendadas entre secretariados e também com o governador e representante dos grevistas.



Policiais civis ocupam o auditório Costa Lima da ALEGO



Mesmo à noite, policiais civis, mantêm ocupação no hall de entrada da ALEGO

Governador recebe lideranças classistas dos policiais civis

Conforme prometido, o governador Marconi Perillo recebeu, na manhã do dia 29 de novembro, uma comissão de liderança dos policiais civis que estavam em greve há mais de dois meses. A audiência aconteceu no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

A reunião teve ainda a participação do secretário de Segurança Pública (SSP), Joaquim Mesquita, do delegado-

PROMESSA

geral da Polícia Civil (PC), João Gorski e do deputado Marcos Martins, que vem intermediando o diálogo entre grevistas e governo.

O presidente da União Goiana dos Policiais Civis (UGOPOCI), Ademar Luiz de Oliveira, na oportunidade, afirmou, após o encontro, que houve apenas uma conversa, e que não foi aberta negociação entre as partes.

ocorreu na última segunda-feira (9), a categoria decidiu por aceitar a proposta do governo quanto ao bônus de 5% a 20% por produtividade e a reestruturação da carreira.



Em assembléia, na câmara dos vereadores, Policiais civis decidem pelo fim da greve



Governador recebe comissão de lideranças classistas dos policiais civis, entre eles o presidente da UGOPOCI

Fim da Greve dos Policiais Civis

Após 87 dias de greve, mais precisamente no dia 12 de dezembro de 2013, os policiais civis, em assembleia, resolveram encerrar a greve. A decisão pelo fim da greve se deu em assembleia geral da categoria na Câmara Municipal de Goiânia. Cerca de 500 policiais estiveram presentes. Diferentemente do que

Na oportunidade foi acordado o seguinte: Reestruturação das carreiras com vigência a partir de janeiro de 2014; Pagamento de bônus por resultado retroativo a primeiro de dezembro de 2013, sendo pago o percentual de 20% durante 4 meses, a partir do 5º mês aplica-se a média de 5% a 20%; A não efetivação do corte de ponto a ser lançado no mês de dezembro de 2013; Negociação para devolução dos valores descontados nos vencimentos dos policiais referente a greve e, que eventuais procedimentos administrativos decorrentes da greve

seriam tratados diretamente com o secretário de segurança pública e com o diretor geral da Polícia Civil.



Presidente da UGOPOCI, Ademar Luiz de Oliveira, reuniu-se com o novo secretário do Gabinete Civil José Carlos Siqueira

Passos dos andamentos da negociação com o Governo em 2014

Dando continuidade ao que foi acordado com o governo, no dia 03 de Janeiro, o presidente da UGOPOCI, Ademar Oliveira, foi recebido pelo Secretário do Gabinete Civil do Estado de Goiás, José Carlos Siqueira. A pauta da reunião foi sobre o corte de ponto dos policiais civis, projeto salarial (reestruturação) e bônus por resultado (produtividade).

A reunião serviu principalmente para informar ao novo Secretário do Gabinete Civil os acordos firmados com o Governador Marconi Perillo, intermediados pelos Deputados Marcos Martins e o ex-secretário Vilmar Rocha.

Sobre o corte de ponto de Dezembro de 2013, além da explicação do acordo (com a suspensão da greve não haveria corte de ponto) foi nos repassado que o novo Secretário da SEGPLAN, Leonardo Vilela, afirmara que só estava aguardando autorização do Gabinete Civil para devolver aos policiais civis os valores que foram cortados em Dezembro.

Em relação aos projetos de reestruturação e produtividade, foi relatado ao secretário o acordo firmado e repassado a ele o espelho dos projetos e os seus andamentos (tramitação interna).

Já no dia 16 de Janeiro, Eduardo Zaratz, Chefe de Gabinete do Governador Marconi Perillo, entrou em contato com o presidente da UGOPOCI e transmitiu o recado do Governador dizendo para não

preocuparmos, pois todos os compromissos acordados com a categoria policial seriam resgatados conforme negociado.

Foi afirmado pelo governador de Goiás, Marconi Perillo, após o contato com o presidente Ademar no evento da posse dos novos Policiais Civis, no dia 14 de janeiro, que iria encaminhar expediente ao chefe de gabinete, Eduardo Zaratz, para que tomasse todas as providências no sentido de que o mais rápido possível fossem concluídos os projetos da REESTRUTURAÇÃO, BÔNUS POR RESULTADOS E A DEVOLUÇÃO SALARIAL DO CORTE DE PONTO FEITO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE DEZEMBRO.



Presidente da UGOPOCI com o Governador no evento de Certificação dos Novos Policiais Civis no CEL da OAB

O Governador disse ainda que já havia entrado em contato com o Deputado Marcos Martins, que confirmou o acordo relatado no expediente encaminhado ao Governador através do Ofício da UGOPOCI/SINPOL-GO protocolado no Gabinete do Governo dia 10 (cópia foi entregue em mãos ao governador dia 14 no evento no

CEL da OAB).

Na oportunidade, o chefe de gabinete do Governador, Eduardo Zaratz, afirmara que os projetos da reestruturação e bônus por resultado estariam prontos para serem votados na primeira sessão da Assembleia Legislativa no mês de fevereiro.

Reunião com o Chefe de Gabinete do Governador

No último dia 28 de Janeiro, os representantes das entidades UGOPOCI e SINPOLGO foram novamente recebidos pelo Chefe de Gabinete, Sr. Eduardo Zaratz, o qual reafirmou a disposição em superar qualquer obstáculo para que os projetos de lei (reestruturação e bônus por resultado) estivessem prontos para serem votados na primeira sessão dos trabalhos na ALEGO, conforme acordo firmado.



Diretores da UGOPOCI e do SINPOL reunidos com o Chefe de Gabinete do Governador (ao centro)

Quanto à devolução dos 14 dias cortados no mês de dezembro, o Chefe de Gabinete do Governador Marconi, afirmou que já estava tudo acertado com o governo e que seria devolvido. Os

PROMESSA

demais cortes estariam sendo apreciados na esfera judicial.

Convocação para Sessão na Assembleia Legislativa de Goiás

Como acordado com o governo, no dia 18 de fevereiro, por ocasião do retorno aos trabalhos dos Deputados Estaduais a ALEGO, as Diretorias da UGOPOCI e do SINPOL convocaram todos os policiais civis do Estado para fazerem um acompanhamento da primeira seção, onde seria feita a leitura do projeto de reestruturação dos Policiais Civis e Produtividade.

Na oportunidade, os policiais civis ficaram revoltados após verificar que o projeto de reestruturação da carreira e de bônus por produtividade, fruto de acordo realizado no fim da greve que durou 87 dias, não havia sido colocado em pauta na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), como prometido pelo governo. Além disso, eles foram informados que haveria alterações no projeto original.



Policiais civis comparecem à ALEGO mas projeto não havia sido enviado



Na assembleia os policiais civis descobriram que o governador não havia cumprido o acordo firmado

Governo não cumpre acordo com policiais civis

Após a frustração dos policiais civis que estiveram presentes à Assembleia Legislativa de Goiás, em 18 de fevereiro, cerca de 200 policiais civis marcharam em direção ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, para cobrar do governo o acordo firmado.



Policiais civis, em passeata, fazem protesto na Porta do Palácio Pedro Ludovico Teixeira



Policiais civis aguardam o resultado da reunião na ante-sala do Secretário



Passeata em direção ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira

Em nota emitida, o governo divulgou que houve excessos e invasão ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, o que foi contestada pelos líderes classistas. De acordo com Ademar Luiz de Oliveira, presidente da UGOPOCI, os policiais civis foram, de forma pacífica, ao Palácio apenas cobrar explicações do governo do por quê do descumprimento do acordo firmado por ocasião do fim da greve.

O grupo de policiais caminhou da Alego até a sede do governo do Estado para conversar com autoridades, mas teve a entrada impedida por membros da Polícia Militar (PM), que colocaram grades de metal para isolar a área. Após uma discussão, em que os militares teriam dito que nenhum dos policiais entraria no prédio, a grade foi arrancada.

Como o titular da SEGPLAN não estava presente, eles foram recebidos pelo secretário da Casa Civil, José Carlos Siqueira, que, após o diálogo, marcou

uma reunião para o dia seguinte com o titular da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan), Leonardo Vilela.

Na oportunidade, as lideranças do movimento informaram, caso não houvesse uma resposta positiva do governo, que a categoria iria entrar novamente em greve.

Nota de Esclarecimentos da UGOPOCI e SINPOL

No dia 20 de Fevereiro, a UGOPOCI e o SINPOL emitiu uma nota esclarecendo à Sociedade Goiana, que o fato ocorrido no último dia 18 de fevereiro, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira se deu em virtude do governo não ter cumprido o acordo firmado com a categoria.

Foi salientado que a União Goiana dos Policiais Civis-UGOPOCI e o Sindicato dos

Policiais Civis – SINPOL, de imediato, buscare reparar os danos causados na porta e vidraças do Centro Administrativo onde funciona o Palácio de Governo.

É importante que seja esclarecido que os Policiais Civis foram até o Palácio tão somente para pedir audiência com o secretário Leonardo Vilela e comunicar-lhe da insatisfação da categoria com o governo em não cumprir o acordo de enviar os projetos para aprovação na ALEGO.

Se o governador tivesse cumprido o acordo firmado com a categoria, com certeza, o ocorrido não teria acontecido. Os excessos da segurança do palácio fizeram com que os policiais, que já estavam com os ânimos acirrados com a quebra do acordo, se sentissem mais ainda desrespeitados pelo governo.

Na oportunidade foi marcada uma nova assembleia geral da categoria com o indicativo de greve.



**Governador de Goiás
Marconi Perillo**

AGUARDAMOS O CUMPRIMENTO DO ACORDO FIRMADO, EM SUA INTEGRALIDADE, COM OS POLICIAIS CIVIS DE GOIÁS.

Resultado da reunião com o Secretário de Gestão e Planejamento

No dia 19 de Janeiro, os presidentes da UGOPOCI e do SINPOL se reuniram com o Secretário de Gestão e Planejamento Leonardo Vilela, onde apresentaram o posicionamento da categoria, reportando-o da indignação e revolta dos policiais civis com a quebra do acordo firmado com o Governo do Estado.

O secretário manifestou a insatisfação do governo, deixando claro que para continuar a negociação até a sua finalização, seria necessário a retirada do indicativo de greve previsto para a próxima Assembleia da Categoria e a retratação pública das entidades sobre o fato ocorrido no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, além de reparar os danos na porta e vidraça do Palácio.

No período vespertino deste mesmo dia, UGOPOCI e SINPOL se reuniram na sede do sindicato aonde, depois de muitas considerações, chegaram ao consenso da retirada do indicativo de GREVE mantendo apenas a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da categoria para comunicar aos policiais os fatos e esclarecimentos dos acontecimentos em torno das negociações até aprovação do projeto.

Após este posicionamento, foi mantido contato com o secretário Leonardo Vilela, o qual marcou nova reunião para

a manhã do dia 25 de fevereiro. O Secretário afirmou ainda que as mudanças no projeto se deram face aos ajustes financeiros do Estado.

Nova Assembléia Geral

Desta forma, no dia 25 de fevereiro, foi realizada uma assembleia geral da categoria, defronte a Assembleia Legislativa de Goiás, onde os presidentes da UGOPOCI, Ademar Luiz de Oliveira e do Sinpol, Silveira Alves, apresentaram aos policiais civis as últimas negociações com o Governo Estadual.



Nova assembleia dos policiais civis defronte a ALEGO, no dia 25 de fevereiro de 2014

Cerca de 500 policiais civis presentes à assembleia deliberaram que iriam aguardar nova reunião com o secretário de Gestão e Planejamento, Leonardo Vilela, para decidir se aceitariam ou não a proposta do governo.

O presidente da União Goiana dos Policiais Civis, Ademar Luiz de Oliveira, explicou que pela manhã UGOPOCI e SINPOL se reuniram com o secretário Vilela e foi apresentada, pelo governo, nova proposta de aumento salarial dividido em três parcelas.

Foi explicitado ainda, através de

consenso, devido ao ganho real no piso salarial, que a categoria, nesta fase de negociação, estaria abrindo mão do pagamento do bônus por produtividade. Segundo o Presidente da UGOPOCI, o pagamento de bônus por produtividade oscilando entre 5% e 20% é determinado por critérios não objetivos e gera desigualdade. E caso seja pago a todos o bônus de 20% o benefício passa a ser gratificação e tem prazo legal para acabar, pois depende de lei e da aquiescência de um novo governo.

No dia 28 de fevereiro, após uma Assembleia Geral Extraordinária, realizada no pátio das Delegacias Especializadas em Goiânia, onde foi apresentada pelas entidades a proposta final do Governo para reestruturação da carreira dos Policiais Civis lotados na DGPC e SPTC, os policiais civis decidiram, em sua maioria, por aceitar os índices apresentados pelo governo.



Policiais civis decidem, no dia 28 de fevereiro de 2014, aceitar os índices propostos pelo governo

Após o término da Assembleia, os dirigentes da UGOPOCI e do SINPOL mantiveram contato com o Secretário de Gestão e Planejamento Leonardo Vilela, informando que a categoria aprovou em assembleia a proposta apresentada,

sendo que o Secretário de imediato disse que manteria contato com os técnicos da SEGPLAN para remessa do processo para encaminhamentos junto à Casa Civil de Governo e demais órgãos do Estado, para viabilidade de aprovação do projeto de Lei para implementação do acordo firmado entre governo e categoria.

Desta forma, a negociação ficou assim definida: 8,5% em março de 2014 com proporção de 28,95% do salário do



Assembléia dos policiais civis, no pátio das delegacias especializadas, onde foi aceita a proposta do governo

delegado substituto. 10% em novembro de 2014 com proporção de 31,84% do salário do delegado substituto. 18,88% em novembro de 2015 com proporção de 37,86% do salário do delegado substituto e 18,88% em novembro de 2016 com proporção de 45% do salário do delegado substituto. Some-se a isto as datas-bases que serão concedidas pelo governo estadual, por força de lei federal.

Reajuste para a Polícia Civil é alterado

Prontos para serem votados em plenário, os três projetos de reajustes para os servidores da Polícia Civil sofreram mudanças por meio de aditivos do governo. As alterações encaminhadas às pressas para a Assembleia Legislativa de Goiás mudaram os prazos do reajuste salarial da categoria.

Com as mudanças, as matérias retornam à Comissão Mista, onde devem receber novos pareceres. De acordo com o secretário de Casa Civil, José Carlos Siqueira, as mudanças são para evitar problemas com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Depois de tudo acertado e apreciado pela comissão mista da ALEGO, Secretário José Carlos Siqueira anuncia novas mudanças nos projetos dos policiais civis

“É só uma recomposição de prazos. Alteramos as datas de vigência de cada parcela, mas os valores continuam os mesmos”, afirmou o secretário José Carlos Siqueira.



UGOPOCI e Sindicato apresentam novo aditivo do Governo aos policiais civis

Aditivos aos projetos

Desta forma, o Governo enviou três a três aditivos à Assembleia Legislativa alterando os prazos para reajuste dos salários dos servidores da Polícia Civil.

O que muda

As mudanças são apenas nos prazos. Estado propõe o pagamento do reajuste

de 8,5% para 1º de novembro deste ano. A proposta inicial era de que fosse pago em 1º de março. Já o reajuste de 18,88%, que antes seria pago em três parcelas, a primeira em 1º de novembro de 2014 e a última em 1º de novembro de 2016, começará a ser pagos em novembro do ano que vem e terminará em novembro de 2017.



Comissão Mista aprova projeto dos policiais civis



Comissão Mista e Plenário da ALEGO aprovaram projetos de reajuste dos policiais civis

A Comissão Mista e o Plenário da ALEGO, obedecendo os trâmites legais, aprovaram, no dia 03 de Abril de 2014, em segunda e última votação, o projeto de número 1.107/14, que reajusta os salários dos 4.863 servidores dos cargos de Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Agente Auxiliar, Agente Policial, Comissário, Escrevente, Papiloscopista Policial, Classificador e Dactiloscopista. O aumento é de 18,5%, a ser pago integralmente em novembro, além de 13,33% em novembro de 2015; 12,33% em novembro de 2016; e 12,33% em novembro de 2017.

Por fim, no dia 14 de abril de 2014 foi publicado e sancionada pelo governador no Caderno de Suplemento do Diário Oficial do Estado de Goiás n. 21.813, a lei 18.419 (Peritos), a lei 18.420 (reajuste dos policiais civis) e a lei 18.421 (Auxiliar de Autópsia e outros), todas com datas retroativas a 08 de abril de 2014 (data limite para concessão de aumento salarial para servidores públicos em ano eleitoral).

Confira no site do gabinete civil a íntegra das leis:

http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=11338
http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=11339



ALEGO aprova reajuste salarial dos policiais civis em votação definitiva



Na foto (esquerda para direita): Antonio Carlos (presidente da ASPEC), Antonio Carlos Civil (Diretor Administrativo da UGOPOCI), Ademar Luiz (Presidente da UGOPOCI), Rony Castilho (Presidente do Sindipericias) e Jose José Virgílio Dias de Sousa (Vice-presidente da UGOPOCI).

Governador altera novamente os prazos e condiciona a receita líquida do estado para dar reajustes aos policiais civis



A novela parece não ter fim, e os capítulos desfavoráveis. Os policiais civis fo-

ram novamente enganados pelo governo estadual. Depois de votado, sancionado e publicado no diário oficial do Estado a lei que concedia o reajuste salarial, o governador de Goiás, Marconi Perillo, sob pressão de outras categorias da pasta da Secretaria de Segurança Pública, condicionou o reajuste ao crescimento real da receita corrente líquida do Estado nos 12 meses anteriores. Na prática, isso significa que, somente haverá aumento se o Estado tiver dinheiro para pagar.

O presidente da União Goiana dos Policiais Civis (UGOPOCI), Ademar Oliveira, classificou a atitude como “uma rasteira do governo”. “Estamos nos sentindo enganados pela forma como o governo apresentou a proposta. Se aprovada essa lei, revogam os direitos dos agentes e escrivães conquistados e altera a lei já sancionada. Querem condicionar o reajuste e ainda mudaram as datas dos pagamentos”, disse.

O presidente da Assembleia, Helder Valin (PSDB) afirmou que desconhecia que a aprovação do reajuste alterava a dos agentes e escrivães. Valin disse também que o líder do governo na Casa, Fábio de Sousa (PSDB) faria os contatos com o governo para tentar resolver a situação.

A decisão de inserir no projeto de lei o condicionamento dos reajustes ao crescimento da receita líquida do Estado é polêmica. Segundo o secretário da Casa Civil, José Carlos Siqueira, ela é uma forma de dar tratamento igualitário a todos os servidores da Segurança Pública. “Foi uma decisão do governo, estabelecendo

o mesmo critério de valorização para policiais civis e militares. E todos os novos projetos de reajustes de servidores de todas as áreas do estado também serão condicionados à receita”.

Diante deste impasse e de mais essa “traíagem” do governo, um grupo de policiais civis invadiram no dia 16 de abril, o plenário da Assembleia Legislativa de Goiás durante sessão que votaria novamente a proposta de reajuste para a categoria. A segurança do plenário tentou barrar o grupo, que gritava palavras de ordem, mas não conseguiu.



Policiais civis indignados com alteração da lei, já aprovada e sancionada, invadem o plenário da ALEGO, como forma de protesto.

Os presidentes do Sindicato dos Policiais Civis de Goiás (SINPOL) e União Goiana Dos Policiais Civis (UGOPOCI), Silveira Alves e Ademar Oliveira também faziam parte da ação. No momento da invasão, Ademar precisou de atendimento médico. Ele foi atendido por uma equipe de resgate e encaminhado para uma unidade de saúde. A sessão foi imediatamente suspensa.

Policiais civis fazem plantão na ALEGO

Um grupo de policiais civis ficou de plantão na Assembleia Legislativa de Goiás – ALEGO, para impedir que os deputados estaduais votassem as matérias de reajustes dos policiais civis do jeito que o governo queria, ou seja, condicionando o reajuste ao crescimento real da receita corrente líquida do Estado.



Policiais civis fazem plantão suas refeições na porta principal da ALEGO



Presidente Ademar Luiz e Nazareno Horácio de plantão na ALEGO



Presidente Ademar Luiz fazendo sua refeição na porta de entrada da ALEGO

Pressão dos policiais civis faz governo retroceder

A pressão exercida principalmente pelos policiais civis, aliadas a repercussão negativa na imprensa, na sociedade e nas outras categorias da Secretaria de Segurança Pública de Goiás fez com que o governo estadual retirasse a cláusula que vinculava os aumentos dos policiais civis a receita líquida o Estado.



Diretoria da UGOPOCI sempre presente na ALEGO e na luta pelos direitos dos policiais civis

Reajustes de servidores da Segurança Pública são aprovados em 2ª votação

Desta forma, no dia 28 de abril, os Projetos da Governadoria que versam sobre reajuste salarial escalonado de servidores da área de Segurança Pública do Estado foram aprovados, em segunda e definitiva votação pelos deputados estaduais na ALEGO.

Até o fechamento da edição desta revista, os projetos ainda não havia sido publicados no Diário Oficial do Estado de Goiás.

FONTE: UNIÃO GOIÂNNA DOS POLICIAIS CIVIS

Preso pela Polícia Civil de Goiás suspeito de matar policial civil do DF

O suspeito de matar um policial civil do Distrito Federal após um show de rap em Aparecida de Goiânia, Região Metropolitana, foi preso no último dia 21 de Janeiro em Goiânia. O homem de 23 anos estava em um carro importado quando foi surpreendido pelos policiais.

Ele estava foragido desde o dia do crime, 12 de outubro de 2013. Segundo a investigação, o suspeito agiu com um comparsa, de 34 anos. O outro suspeito morreu um dia após o assassinato do policial durante uma suposta troca de tiros com homens das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana (ROTAM), em Aparecida de Goiânia, em frente à casa onde morava.

Conforme a delegada Mírian Vidal, a dupla estava acompanhada por uma terceira pessoa, que teria denunciado à polícia, na época do crime, onde os envolvidos mo-



Suspeito de matar policial civil do DF é preso pela polícia civil goiana

ravam, ocasionando a morte de um deles. Para revidar a morte do companheiro, o homem detido nesta terça-feira também matou, em dezembro de 2013, o pai do homem que teria feito a denúncia.

“Na festa, havia três amigos, o que

foi morto em confronto, o rapaz que foi preso hoje e uma terceira pessoa, que foi acusada pelos companheiros de ter levado a polícia até a casa onde o rapaz teria sido morto. Razão pela qual ele passou a ser ameaçado pelo grupo. E esse grupo,

supostamente não encontrando ele, passou a perseguir o pai e o matou no 'pit dog', explicou a delegada.

CRIME

O policial civil e um amigo, que é militar, saíram do Distrito Federal para assistir ao show do rapper norte-americano Ja Rule, no Centro de Cultura, Esporte e Lazer (CEL) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Aparecida de Goiânia. No local, segundo o policial que sobreviveu, eles se envolveram em uma briga.

Após a apresentação do rapper, os amigos deixavam o CEL da OAB rumo a um estacionamento terceirizado, nas proximidades do clube, quando os dois homens com quem haviam brigado os surpreenderam. Segundo o sobrevivente, um dos suspeitos atirou contra eles e o policial civil revidou.

Imagens de câmeras de segurança flagraram pessoas correndo dos disparos, às 4h45 do dia 12 de outubro de 2013. No vídeo, não é possível ver de onde partiram os tiros, apenas uma correria nas imediações do local. Eles deixavam o show quando foram baleados.

O agente chegou a ser socorrido e encaminhado ao Hospital de Urgências de Goiânia, mas não resistiu aos ferimentos e morreu na noite do mesmo dia. Já o PM



Policiais localizaram suspeito em carro importado

recebeu alta médica na madrugada do dia 13 de outubro de 2013.

Na época, a assessoria de imprensa da OAB informou que, apesar de ter sido realizado no clube da entidade, o show do rapper Ja Rule por foi realizado por uma empresa de eventos que alugou o espaço. "Toda a realização do evento, incluindo-se as equipes de segurança, era terceirizada", diz a nota. A apresentação teve um público de 2.800 pessoas.

Os organizadores do show disseram que não tinham conhecimento de qualquer confusão dentro ou fora do CEL da OAB. Segundo eles, mais de 100 seguranças foram contratados para atuar

no evento. Também disseram não ser possível impedir que policiais entrem armados no local.



Arma encontrada nas proximidades do CEL da OAB após confusão

FONTE: MATÉRIA EXTRAÍDA DO PORTAL G1 GOIÁS, EM 22 DE JANEIRO DE 2014

Ranking que não orgulha

Goiânia ocupa 28º lugar em número de homicídios no mundo. Entre as cidades brasileiras é a 10ª

Com 16 municípios, o Brasil é o país com o maior número de cidades entre as 50 mais violentas do mundo, que tem cerca de 40 mil municípios, de acordo com pesquisa da Organização Não Governamental (ONG) Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, do México. O estudo utiliza taxas de homicídio do ano de 2013 para classificar as cidades como mais ou menos violentas.

Esta, com toda certeza, é uma lista da qual nenhum gestor público gostaria de ver sua cidade figurar. A Capital de Goiás ocupa o 28º lugar do ranking mundial e tem uma taxa de 44,56 homicídios por 100 mil habitantes. Entre as cidades brasileiras ela é a 10ª. A capital mato-grossense (Cuiabá) é outro município do Centro-Oeste brasileiro a figurar na lista como a 29ª mais violenta, com uma taxa de 43,95 homicídios a cada 100 mil habitantes.

As cidades brasileiras “campeãs” em assassinatos são todas da Região Nordeste: Maceió, Fortaleza e João Pessoa, respectivamente com 79,8, 72,8 e 66,9 homicídios a cada 100 mil moradores. Entre as 50 cidades, 46 estão localizadas no continente americano, sendo 41 da América Latina. O local onde mais se mata no mundo é San Pedro Sula, em Honduras, onde o número é de 187,4 mortes.

É a terceira vez consecutiva que o município hondurenho é considerado

o mais violento, pela pesquisa da ONG. Além do Brasil (país com maior número de cidades) e Honduras, países latino-americanos com maior incidência de violência são Venezuela, Guatemala, El Salvador e México. Em relação à lista do ano anterior, saíram da lista duas cidades do Brasil: Brasília e Curitiba. Fora do continente americano, só aparecem cidades da África do Sul.

“Isto confirma o que revelam diversos estudos mundiais: que (a taxa de) homicídio na América Latina tem índices muito acima da média mundial”, diz José Antonio Ortega Sánchez, presidente

da ONG, em texto publicado no site da organização.

A cidade que ocupa a 50ª colocação do ranking é Valencia, na Venezuela, cuja taxa é 30,04. O estudo utiliza índices de população e de homicídios de estatísticas oficiais dos governos locais de cidades com mais de 300 mil habitantes.

A maioria das cidades fica na América Latina. Das 50 cidades, nove estão no México, seis na Colômbia, cinco na Venezuela, quatro nos Estados Unidos, três na África do Sul, dois em Honduras e um em El Salvador, na Guatemala, Jamaica e Porto Rico. (Com Uol)



CIDADES MAIS VIOLENTAS NO BRASIL		
Ranking no mundo	Cidade	Taxa de homicídios
5º	Maceió (AL)	79,76
7º	Fortaleza (CE)	72,81
9º	João Pessoa (PB)	66,92
12º	Natal (RN)	57,62
13º	Salvador (BA)	57,61
14º	Vitória (ES)	57,51
15º	São Luís (MA)	57,39
23º	Belém (PA)	48,23
25º	Campina Grande (PB)	46,00
28º	Goiânia (GO)	44,56
29º	Cuiabá (MT)	43,95
31º	Manaus (AM)	42,53
39º	Recife (PE)	36,82
40º	Macapá (AP)	36,59
44º	Belo Horizonte (MG)	34,73
46º	Aracaju (SE)	33,36

FONTE: MATÉRIA EXTRAÍDA DO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, EM 23 DE JANEIRO DE 2014

Estados deixam de construir prisões e devolvem R\$ 187 milhões à União

Um levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), ligado ao Ministério da Justiça, aponta que nos últimos dez anos 15 estados e o Distrito Federal deixaram de usar R\$ 187 milhões liberados pelo governo federal para construir e reformar presídios. Não foram adiante dezenas de projetos, incluindo estabelecimentos de saúde e educação para detentos, aprovados entre 2004 e 2013, para Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Entre os diversos motivos alegados, destacam-se a falta de recursos dos próprios estados para completar as obras, cancelamentos por atrasos, inadequação de projetos alterados, problemas em licitações, suspeitas de irregularidades e trocas no comando dos governos estaduais.

Também há situações de contratos cancelados por determinação do governo federal, por mudanças na política carcerária; em outros casos, segundo alguns estados, um decreto presidencial impediu o repasse de recursos para obras que ainda não haviam iniciado.

Os dados, compilados pelo DEPEN a pedido do G1, não contemplam o valor



Foto: Google

Falta de recursos próprios, suspeitas de irregularidades e trocas no comando dos governos estaduais são os principais entraves para as construções de presídios no Brasil

total que o governo repassou – apenas o que foi devolvido. O que ficou no estado para ser investido não foi informado pelo órgão. Os únicos números disponíveis referem-se a 2012 e 2013, quando o repasse de verbas da União para o sistema carcerário em todo o país totalizou R\$ 1,2 bilhão.

O Maranhão, onde eclodiu a crise que levou o governo federal a elaborar um plano emergencial para conter a violência nas penitenciárias locais, foi o terceiro estado que mais devolveu recursos na última década: R\$ 23,9 milhões. O governo maranhense havia assinado três contratos, em 2004 e 2011, para a

construção de duas cadeias públicas e um presídio no interior. Todos os acordos foram cancelados.

Se fossem concluídas, as instalações no Maranhão somariam 681 vagas. O governo do estado informou que o cancelamento ocorreu após o Depen ter rejeitado alterações feitas nos projetos pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) maranhense, a pedido do próprio governo federal. Segundo o governo estadual, as duas cadeias cujos contratos foram anulados estão sendo construídas agora com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

RJ e PE lideram devoluções

O estado que mais deixou de usar os recursos federais foi Pernambuco, em um total de R\$ 33,5 milhões. Em setembro de 2010, o estado assinou um contrato com o governo federal para a reforma de uma antiga fábrica na Região Metropolitana do Recife para implantar o Centro Estadual de Cidadania Padre Henrique.

Todo o dinheiro seria aplicado nesse projeto, voltado para atividades de qualificação não restritas a presos. Apesar de o dinheiro ter sido disponibilizado pelo Depen, o valor sequer chegou a ser transferido, segundo o governo estadual. Em nota, a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco informou que o governo federal não aprovou o projeto apresentado, por não adequação “às questões ambientais, patrimônio público, impactos viários, acessibilidades e licenças diversas”.

O Rio de Janeiro vem em seguida, com a segunda maior devolução de dinheiro federal. Foram canceladas dez obras para construção e reforma de presídios, que somavam R\$ 26,7 milhões.

O governo estadual informou que, devido à mudança de gestão, os projetos passaram a ser coordenados por órgãos diferentes. De acordo com a Secretaria de Obras fluminense, os recursos do Depen, em parceria com a Caixa Econômica Federal, foram ampliados para a construção de duas cadeias públicas – uma feminina e uma masculina –, com investimentos de R\$ 18.724.871,31 e R\$ 12.057.983,83, respectivamente.

Desperdício e burocracia

O Brasil tem atualmente 563,7 mil pessoas presas e um déficit de aproximadamente 200 mil vagas no sistema

carcerário, segundo levantamento feito pelo G1 nos estados. O país está entre os cinco do mundo com maior população de detentos.

Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pediu ao Ministério Público (MP) dos estados para processar autoridades locais pelo desperdício de verba federal destinada às penitenciárias. A solicitação era baseada em um balanço parcial do Depen, que apontava um não aproveitamento de R\$ 103,384 milhões desde 2011.

O CNJ ainda não recebeu retorno de todas as unidades do MP acionadas, mas em alguns estados as procuradorias informaram que não é possível responsabilizar autoridades, por não ter sido identificada má-fé, segundo a assessoria de imprensa do conselho.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Coêlho, a devolução de recursos destinados a presídios indica uma falta de prioridade no sistema carcerário do país.

“Seja por má-fé, negligência ou impossibilidade técnica para implementar ações, a devolução de recursos revela a falta de prioridade para o assunto pelos governadores e a ausência de coordenação para tratar do tema”, disse Coêlho.

Diretora no Brasil da Human Rights Watch, uma das principais entidades de defesa dos direitos humanos no mundo, Maria Laura Canineu afirma que parte da dificuldade na utilização de recursos se deve à burocracia brasileira.

“A gente sabe que há uma burocracia que impera. Até para aplicar os recursos, muitas vezes há incapacidade técnica dos estados ou até descaso mesmo. É preciso saber se não se podem executar

as obras por causa da burocracia ou se falta apenas vontade política”, apontou.

Maria Laura sustenta, no entanto, que o problema carcerário do país vai além das dificuldades na aplicação de verbas. Um estudo da Human Rights Watch revela que cerca de 200 mil detentos são mantidos presos no país sem sequer terem sido julgados.

“Quase 50% dos presos estão em situação provisória. Eles ficam meses aguardando alguma movimentação da Justiça e, muitas vezes, não fazem ideia da situação deles. É preciso fazer um mutirão na Justiça, para saber a situação de cada um e qual benefício se aplica a cada preso”, destacou.

Veja as obras que deixaram de receber verba federal e os motivos alegados por estado:

ALAGOAS

Valor devolvido: R\$ 836.911 (contratos firmados em 2008 e 2009).

Obras: Módulo de saúde no presídio Desembargador Luís de Oliveira Sousa e construção de um Centro Cultural Ecumênico na Penitenciária Feminina de Santa Luzia.

Motivo: A Superintendência Geral de Administração Penitenciária de Alagoas informou que os dois contratos foram cancelados a pedido do Depen, após o governo federal ter identificado que as obras não criariam novas vagas no sistema prisional.

CEARÁ

Valor devolvido: R\$ 180 mil (contrato firmado em 2008).

Obra: Reforma do Hospital Penitenciário e Sanatório Professor Otávio Lobo.

CADERNO

CADERNO

Motivo: A Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará informou que o dinheiro federal foi devolvido porque o valor equivalia a cerca de 10% do R\$ 1,5 milhão necessário para a obra. Segundo o Ministério da Justiça, o contrato foi desfeito após descumprimento do prazo contratual.

DISTRITO FEDERAL

Valor devolvido: R\$ 1.611.929 (contrato firmado em 2008).

Obras: Reforma no Centro de Progressão Penal e substituição da cobertura do local.

Motivo: A Secretaria de Segurança Pública do DF informou que o valor da devolução divulgado pelo Ministério da Justiça não confere. De acordo com a assessoria de imprensa da secretaria, houve devolução ao governo federal de R\$ 1.211.141 no fim de 2013, referente à licitação de geolocalizadores para viaturas que não foram comprados devido a “especificações inadequadas do produto”.

GOIÁS

Valor devolvido: R\$ 13.413.795 (contratos firmados em 2006, 2008, 2009 e 2011).

Obras: Reforma da Colônia Indus-

Foto: Google



CEPAIGO/Goiás: Descaso dos governos com os presídios goianos

trial Semiaberto; construção de um Presídio de Segurança Máxima em Aparecida de Goiânia; reforma da Cadeia Pública de Santa Helena; presídio Regional em Senador Canedo.

Motivo: A Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça de Goiás informou que tanto a reforma na colônia industrial quanto a construção do presídio em Aparecida de Goiás foram canceladas por decisão unilateral do DEPEN, após mudança na política prisional do governo federal em 2011.

Já a reforma da cadeia pública foi cancelada, segundo o governo do estado, devido a um decreto presidencial que anulou diversos contratos entre estados e municípios. Já o presídio da cidade de Senador Canedo teve o contrato cancelado, segundo a secretaria estadual, por descumprimento do prazo de dois anos para formalizar o convênio e elaborar os projetos de execução, além do fato de a prefeitura do município ter desistido de ceder o terreno para a obra.

Foto: Google



Presídio de Pedrinhas no Maranhão não suporta mais a superlotação carcerária

MARANHÃO

Valor devolvido: R\$ 23.962.399 (contratos firmados em 2005 e 2012).

Obras: Construção do presídio Regional de Pinheiros e das cadeias públicas de Pinheiros e de Santa Inês.

Motivo: O governo do Maranhão informou que o cancelamento dos contratos ocorreu após o DEPEN ter rejeitado alterações feitas nos projetos pela Secretaria de Administração Penitenciária do estado, a pedido do governo federal. Segundo o governo

maranhense, as cadeias cujos contratos foram anulados estão sendo construídas com recurso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

MATO GROSSO DO SUL

Valor devolvido: R\$ 15.200.411 (contratos firmados em 2008, 2009, 2010 e 2013).

Obras: Ampliação de cinco cadeias públicas (Aquidauana, Campo Grande, Buriti, Naviraí, Ponta Porã e Três

Lagoas) e um presídio; construção de uma penitenciária feminina em Campo Grande.

Motivo: A Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul informou que as obras não foram adiante porque a resolução que muda as normas de arquitetura das unidades prisionais aumentou a contrapartida financeira que o estado teria de fazer e inviabilizou o investimento. Segundo o governo estadual, Mato Grosso do Sul refez os projetos e substituiu as obras canceladas pelo projeto de três cadeias públicas em Campo Grande.

MINAS GERAIS

Valor devolvido: R\$ 12.244.032 (contrato firmado em 2007).

Obra: Construção do presídio de Ribeirão das Neves.

Motivo: A Secretaria de Defesa Social do estado informou que o contrato foi cancelado porque o repasse dos recursos não teria sido aprovado pela Caixa Econômica Federal. Apesar de o repasse ter sido devolvido em 2012, segundo o governo mineiro, outro contrato foi assinado recentemente com o Depen com o mesmo objetivo, no valor de R\$ 11 milhões.

PARÁ

Valor devolvido: R\$ 882.511 (contratos firmados em 2008 e 2010).

Obra: Construção de módulo de saúde na Penitenciária de Marituba e de salas de aula para o CRA.

Motivo: A Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará informou que o contrato do módulo de saúde foi cancelado por não haver recurso do estado para contratar técnicos e adquirir equipamentos. Em relação às salas de aula, o estado informou não ter tido recursos para garantir a quitação do valor que deveria ter sido pago pela obra.

PARAÍBA

Valor devolvido: R\$ 6.292.281 (contratos firmados em 2005, 2009 e 2011).

Obras: Conclusão da Penitenciária de Cajazeiras; construção de uma Penitenciária Feminina de Segurança Máxima; ampliação da Penitenciária de João Pessoa e reforma do Presídio de Santa Rita.

Motivo: O secretário de Administração Penitenciária da Paraíba, Wallber Virgolino, afirmou ao G1 que o período das devoluções se refere a outra gestão e disse não ter informações

sobre o motivo de as obras não terem sido executadas. Segundo ele, o governo estadual arcou com os custos da reforma feita em 2013 no Presídio de Santa Rita e bancará também a que será feita este ano no Presídio de João Pessoa, com R\$ 2 milhões já autorizados.

PERNAMBUCO

Valor devolvido: R\$ 33.517.131 (contrato firmado em 2010).

Obra: Reforma da estrutura física da antiga fábrica Tacaruna para implantação do Centro Estadual de Cidadania Padre Henrique.

Motivo: O dinheiro não foi transferido, segundo a Secretaria de Defesa Social, porque o governo federal não aprovou o projeto apresentado, por não adequação “às questões ambientais, patrimônio público, impactos viários, acessibilidades e licenças diversas”.

RIO DE JANEIRO

Valor devolvido: R\$ 26.749.929 (contratos firmados em 2006 e 2008).

Obras: Reforma de presídio em Campos; construção de Estabelecimentos Penais Estaduais e reforma geral de Instituto Vieira Ferreira Neto; constru-

ção de residência para idosos; construção da Cadeia de Magé; construção do Centro de Observação no Presídio da Polinter; reforma na Penitenciária Alfredo Tranjan e no Instituto Cândido Mendes; construção de um centro de observação no Complexo de Gericinó, em Bangu; e reforma da Penitenciária Serrano Neves.

Motivo: O governo estadual informou que, devido à mudança de gestão, as obras de construção e reforma passaram a ser coordenadas por órgãos diferentes. De acordo com a Secretaria de Obras fluminense, os recursos do Depen, em parceria com a Caixa Econômica Federal, foram ampliados para a construção de duas cadeiras públicas – uma feminina e uma masculina –, com investimentos de R\$ 18.724.871,31 e R\$ 12.057.983,83, respectivamente.

RIO GRANDE DO NORTE

Valor devolvido: R\$ 14.370.557 (contratos firmados em 2009, 2010 e 2011).

Obras: Construção da Cadeia de Macau, de Ceará-Mirim, da Unidade Prisional de Lajes e reforma da unidade psiquiátrica do Complexo Penal Dr. Chaves.

Polícia Civil divulga fotos de foragidos da justiça de Itumbiara

O Delegado Lucas Finholdt, titular do 2º Distrito Policial, de Itumbiara, divulgou lista com nomes e fotos de 13 pessoas foragidas da justiça, com Mandados de Prisão Preventiva decretado. É importante salientar que os detentos Denílson Paiva Junior e Josimar Campos Vieira já foram recapturados. Destes, um já possui sentença penal condenatória por crime de homicídio. Quase todos os procurados possuem mandado por homicídio, além de serem investigados em outros delitos. A iniciativa de mostrar os foragidos da justiça, segundo Lucas Finholdt, deve-se ao aumento do número de homicídios no Estado e na região.

A finalidade da divulgação da lista de procurados visa também conscientizar a participação dos cidadãos na segurança pública, incentivando as denúncias. “Além desse aspecto, a divulgação dos procurados atende à transparência por parte da Polícia Civil, interagindo com à sociedade, principalmente pelo fato de que as investigações de homicídio são mais complexas e demandam mais tempo para a sua conclusão, evitando que o Estado caia em descrédito pela falsa sensação de impunidade”, disse Lucas.

A lista de procurados será atualizada periodicamente e as próximas publicações trarão fotos de foragidos de outras



10 cidades que estão na área de atuação da 6ª Delegacia Regional de Itumbiara, como Bom Jesus e Goiatuba. As fotos, com os nomes dos procurados serão publicados nas redes sociais e confeccionado material impresso para exposição em estabelecimentos comerciais na cidade, além de órgãos públicos com grande

fluxo de pessoas. Informações, mesmo que totalmente anônimas, podem ser dadas pelo telefone 197 da Polícia Civil.

FONTE: POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS

Veja os fugitivos e o motivo do mandado de prisão:



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
CLARIANO CÂNDIDO MACHADO NETO

- Nome: Clariano Cândido Machado Neto.
- Mandado de prisão por: Tráfico. Parceiro de Lucas Rodrigues Bernardes
- Nascimento: 11/04/1992.
- Descrição física: cicatriz no rosto.
- Observação: Foto recente. Possui passagens por tráfico, furto, etc. Investigado também por homicídio.



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
IRIS GAMA DA ROCHA

- Nome: Iris Gama da Rocha (vulgo Dodô Cigano)
- Mandado de prisão por: Homicídio.
- Nascimento: 04/05/73
- Possui outro mandado de prisão preventiva em Uberlândia/MG.



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
KARIM KARFAM

- Nome: Karim Karfam
- Mandado de prisão por: Homicídio.
- Condenado a 15 anos.
- Nascimento: 17/08/1966
- Possui passagem por posse de arma.



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
MAGNO SILVA CARVALHO

- Nome: Magno Silva Carvalho (vulgo Maguinho)
- Mandado de prisão por: Roubo a banco, tentativa de homicídio.
- Parceiro de Wisney Carvalho Fernandes
- Nascimento: 11/06/1986



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
WISNEY CARVALHO FERNANDES

- Nome: Wisney Carvalho Fernandes
- Mandado de prisão por: Roubo a banco, tentativa de homicídio.
- Parceiro de Magno Silva Carvalho (Maguinho)
- Nascimento: 14/08/1986



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
CRYSTYAN RODRIGUES MARQUES

- Nome: Crystyan Rodrigues Marques
- Mandado de prisão por: Homicídio.
- Parceiro de Sidney Alves de Alencar e Leandro Alves Alencar.
- Nascimento: 15/10/1991
- Observação: Possui passagens por posse de arma.



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
SIDINEY ALVES DE ALENCAR

- Nome: Sidney Alves de Alencar (Sidinho)
- Mandado de prisão por: Homicídio.
- Irmão de Leandro Alves Alencar (vulgo Doidão).
- Nascimento: 06/05/1986
- Observação: Possui passagens por tráfico e homicídio.



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
LEANDRO ALVES ALENCAR

- Nome: Leandro Alves Alencar (vulgo Doidão)
- Mandado de prisão por: Homicídio.
- Irmão de Sidinei Alves de Alencar.
- Nascimento: 17/10/1982
- Observação: Possui passagens por tráfico e roubo.



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
MARCOS ANTÔNIO GARCIA

- Nome: Marcos Antônio Garcia
- Mandado de prisão por: Homicídio
- Nascimento: 14/11/1973
- Profissão: Caminhoneiro
- Descrição física: Manco
- Observação: Foto antiga. Possui passagens por porte de arma, ameaça, roubo, homicídio.



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
WEGMAR A. SILVA - MARCIA S. SOARES

ARTUR DA SILVA
vulgo Nenê

- Nascimento: 18/12/74
- **MARCIA SILVA SOARES**
- Nascimento: 18/08/77
- São conviventes.
- Mandado de prisão por: Tentativa de Homicídio.



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
LUCAS RODRIGUES BERNARDES

- Nome: Lucas Rodrigues Bernardes
- Mandado de prisão por: Tráfico.
- Parceiro de Clariano Cândido Machado Neto.
- Nascimento: 19/01/1994.
- Observação: Possui passagens por roubo.



PROCURADOS POLÍCIA CIVIL DE ITUMBIARA
MULLER ANTUNES MOURA

- Nome: Muller Antunes Moura
- Mandado de prisão por: Homicídio
- Nascimento: 23/06/1986
- Profissão: Caminhoneiro
- Observação: Foto é de 2005. Possui passagens por porte de arma, ameaça, vias de fato.



Inauguradas reformas do 1º Distrito Policial e da Central de Flagrantes de Catalão

O 1º Distrito Policial (DP) e a Central de Flagrantes de Catalão passaram por uma ampla reforma em suas dependências. A solenidade de inauguração aconteceu na manhã do dia 06 de Fevereiro com a presença de várias autoridades políticas, da área da segurança pública e, em especial da Polícia Civil. Foram investidos mais de R\$ 120 mil nas reformas, segundo informou o Delegado de Polícia Jean Carlos Arruda, titular da 9ª Delegacia Regional de Polícia (DRP), sediada em Catalão. O dinheiro gasto é oriundo da parceria entre a Prefeitura de Catalão, a Secretaria da Segurança Pública e a Polícia Civil de Goiás.

No 1º Distrito Policial foi executada a troca do piso e forro, readequação de paredes e portas, construção de banheiros para o público, troca da fiação elétrica e nova rede para tráfego de dados, com kit completo, enquanto a Central de



Fachada do 1º Distrito Policial e da Central de Flagrantes de Catalão

Flagrantes passou por readequação do espaço físico, troca do piso, construção de bancada para atendimento e de banheiro e copa para os policiais, além de reforma na sala de triagem, onde ficam as

peessoas detidas enquanto são lavrados os procedimentos policiais. Com a reforma, a Central de Flagrantes passou a funcionar 24 horas por dia, possibilitando melhores condições de trabalho aos Policiais Civis



Descerramento da placa de inauguração. No destaque, o Delegado Geral da Polícia Civil, João Carlos Gorski (de terno), e o Prefeito de Catalão, Jardel Sebba

e, principalmente, aos cidadãos que buscam atendimento da Polícia Civil.

No seu discurso durante a solenidade, o Delegado Geral da Polícia, João Carlos Gorski anunciou um incremento de 30% no efetivo de Policiais Civis e Delegados de Polícia na cidade. Garantiu ainda a designação de policiais para a implantação do GEPATRI (Grupo Especial de Repressão a Crimes Patrimoniais) de Catalão e ainda a disponibilização de móveis novos para as Delegacias de Polícia.

O delegado Jean Carlos ressaltou a importância da parceria entre a Prefeitura, a Secretaria da Segurança Pública e a Polícia Civil, o que possibilitou nas melhorias nas instalações físicas da Polícia Civil. O titular da 9ª DRP fez agradecimentos ao Prefeito Municipal de Catalão, Jardel Sebba. O Prefeito, por sua vez, ressaltou que sua administração é de parceria com o Governo Estadual e que a contribuição da Prefeitura atendeu à reivindicação da Polícia Civil. Jardel agradeceu ainda o Delegado Geral pelo anúncio no reforço de Policiais Civis em Catalão.

Também presente na solenidade, o Secretário da Segurança Pública, Joaquim Mesquita, disse que quando assumiu a pasta visitou Catalão e viu de perto as carências das Delegacias de Polícia da cidade. Ele elogiou a Prefeitura Municipal, na pessoa de Jardel Sebba, por ter contribuído para as reformas nos prédios da Polícia Civil, cujo maior beneficiário,

na opinião do Secretário, será o cidadão catalano.

Marcaram presença também na solenidade, além do Secretário Joaquim Mesquita, o Delegado Geral João Carlos Gorski, o Prefeito Jardel Sebba, o Chefe de Gabinete da Secretaria da Segurança Pública, Delegado Rogério Santana, o Promotor de Justiça, Fábio Bonnas, os Delegados de Polícia que atuam nas Delegacias de Polícia subordinadas à 9ª DRP, Vagner Sanches, Alessandra Castro e David Felício, de Catalão; Diogo Ferreira, de Ipameri; Eduardo Eustáquio Miranda, de Pires do Rio; Leonardo Sanches, de Silvânia, e Vitor Magalhães, de Cristalina; o Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia (Sindepol), Fábio Alves Castro Vilela; Agentes e Escrivães de Polícia, dentre outras autoridades civis e militares.

FONTE: EXTRAÍDO DO SITE DA POLÍCIA CIVIL



Dependências internas da Central de Flagrantes de Catalão

Crimes contra policiais civis: a classe merece o respeito de todos

Tomando como base os anos de 2003 a 2014 foram contabilizados 18 policiais civis assassinados por bandidos, todos de forma trágica e sem chances de defesas. Isso sem contar os cinco delegados e dois peritos mortos na tragédia de helicóptero no ano de 2012.

Só para lembrar e para não cair no esquecimento das autoridades de Goiás, imprensa e população em geral, em 2003 o policial civil Paulo Vinícius Domingos, lotado na Delegacia Estadual de Atendimento à Mulher, em dia de folga, tentando evitar um roubo em andamento, foi baleado por um assaltante no Edifício Par-the-non Center, no Centro de Goiânia, e morreu, no dia 16 de outubro.

Em 29 de março de 2006, o delegado da Polícia Civil Virgenor Florêncio Ramos foi assassinado ao reagir a uma tentativa de roubo nas imediações da agência do Banco do Brasil na Avenida Pio XII, na Cidade Jardim. Um dos acusados, Luiz Antônio de Amorim Neto, foi morto durante a troca de tiros com o delegado.

O escrivão da polícia civil Leonor Pereira da Silva, morreu no dia 4 de maio de 2006, vítima de assaltantes. O policial foi baleado na cabeça durante assalto a sua mercearia, localizada no Setor Mansões Paraíso, em Aparecida de Goiânia. Após o crime, a Polícia Civil de Goiás agiu rápida e prendeu os acusados do crime.

Três meses depois, em 14 de agosto de 2006, o policial civil Adriano Gontijo Caixeta foi espancado, tortu-



Fotos de alguns dos policiais civis de Goiás assassinados nos últimos anos

rado e assassinado com mais de seis tiros por bandidos que assaltaram um ônibus de carreira que fazia o trajeto Goiânia – Cavalcante (GO). Alguns dias após o fato, a Polícia Civil de Goiás, mostrando eficácia e inteligência nas investigações desse latrocínio, desvendou o crime e prendeu todos os meliantes.

No dia 5 de outubro de 2006, o policial civil Sidnei Ricardo foi encontrado morto e carbonizado dentro do porta-malas de seu veículo, um Uno, num local conhecido como Lajinha, nas proximidades do Jardim Tiradentes, em Aparecida de Goiânia. Sidnei foi morto com um tiro na cabeça.

No dia 25 de novembro de 2006 a vítima foi o policial civil José Alberto Nascimento. Segundo consta, o policial foi alvejado, por volta das 23 horas, por vários disparos de arma de fogo, na Avenida Minas Gerais, qd. 01, lt. 04/06, Jardim Ipê, Luziânia – Goiás, no Bar Esquinão. O crime ainda não foi elucidado. Os familiares, em contato com a UGOPOCI, clamam por justiça. Querem saber quem foram os assassinos do policial civil José Alberto

Nascimento.

Cinco meses depois, mais precisamente no dia 6 de Abril de 2007, o policial civil Vagner Madeira, foi assassinado defronte sua residência, na cidade de Valparaíso de Goiás. O policial voltava de uma festa quando foi surpreendido com vários tiros, pelas costas, de pistola 765. O agente morreu a caminho do Hospital Regional do Gama. Alguns dias após o crime, a Polícia Civil também prendeu os autores do assassinato.

No dia 22 de fevereiro de 2007, Antônio Carlos Bastos de Souza foi baleado durante um assalto no Setor Dona Iris, em Trindade - GO. O policial civil foi alvejado pelas costas e encaminhado ao Hospital São Lucas. Na madrugada do dia 7 de maio, Antônio Carlos, mais conhecido no meio policial como "Pit Bull", veio a óbito.

No dia 31 de agosto do mesmo ano, o agente Adevanir Alves, de 50 anos, morreu ao ser baleado em tentativa de assalto no Setor Cidade Jardim, em Goiânia. Adevanir resistiu ao assalto e foi alvejado dentro do próprio carro. Os tiros atingiram sua cabeça e seu ombro.

Em 12 de agosto de 2008, numa tentativa de assalto no centro do Gama, o escrivão da polícia civil Delson Douglas da Silva, foi baleado por dois criminosos que estavam em uma motocicleta. Os tiros alvejaram o policial por três vezes. Após, o policial foi socorrido e encaminhado ao Hospital de Base do Distrito Federal (HDBF). Cerca de cinco horas depois, Delson não resistiu aos ferimentos, vindo a óbito.

O agente da Polícia Civil Márcio Lucena de Freitas foi morto a tiros no dia 10 de setembro de 2011, na Cidade Vera Cruz, em Aparecida de Goiânia, quando tentava apaziguar uma briga de trânsito. O policial estava de folga quando foi assassinado. O crime foi elucidado e os criminosos presos.

Em 19 de novembro também daquele ano, outro agente foi vítima de crime de homicídios. Marco Antonio Teixeira de Freitas foi vítima do crime de homicídio praticado por marginais que tentavam roubar um supermercado existente no Setor Santa Rita, em Goiânia. O policial agiu em legítima defesa própria e de terceiros, trocando tiros com os delinquentes. Na ação um bandido também foi morto pelo policial. Algumas horas depois, os demais assaltantes foram presos e autuados em flagrante na Delegacia de Investigaçãode Homicídios (DIH).

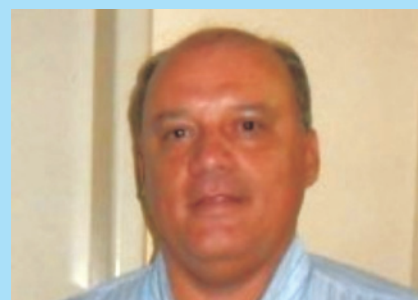
Os policiais civis e irmãos Washington Oliveira Souza — agente de polícia 1ª classe, lotado na Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra a Administração Pública (Dercap) — e Willian Oliveira Souza — agente policial lotado no 3º DP (Setor Fama) — foram executados friamente por três homens e uma mulher em 15 de setembro de 2012, no Conjunto de Chácaras dos Campos Dourados, em Aragoiânia. Os policiais imploraram pela vida, mas mesmo assim foram executados. Um deles, com um tiro na nuca. Todos os criminosos foram presos pela Polícia Civil de Goiás.

Já em 2013, em menos de um mês, três policiais civis foram barbaramente assassinados. O primeiro foi Cláudio Gonçalves Dias, conhecido por “Carral”, lotado na Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores. Ele foi covardemente assassinado na tarde do dia 5 de novembro de 2013, em frente ao Hospital do Rim, próximo ao Lago das Rosas, quando foi atingido por vários disparos de arma de fogo. Jefferson Diego Gaspar de Melo, de 25 anos, conhecido como Dieguinho, autor do crime se entregou na sede do Ministério Público de Goiás (MP-GO) e foi levado para a Casa de Prisão Provisória (CPP). No dia 9 de novembro de 2013 a vítima foi o policial civil aposentado Waldir Ferreira dos Santos, de 53 anos. Ele foi morto na porta de sua casa no Residencial Real Conquista, na região sudoeste de Goiânia, por um homem que estava a pé. Ele estava inativo há 12 anos. Nesta cronologia fatídica, o agente da polícia civil Marcondes Luiz Cavalcante Silva, de 56 anos, foi morto ao reagir a uma tentativa de assalto na noite de dia 27 de novembro de 2013, em frente ao Centro de Assistência Integral a Saúde (Cais) do Setor Vila Nova, em Goiânia.

Até o final de Fevereiro de 2014 dois policiais civis já tinham sido assassinados em Goiás. O primeiro deles foi o agente de polícia Ribamar Silva, morto a tiros na madrugada do dia 27 de fevereiro, fato este ocorrido na Cidade de Catalão, Goiás, em crime cercado de mistérios. No dia 09 de março do corrente ano, o agente de polícia de 3ª classe Gustavo Pereira da Costa, recém empossado como policial civil, lotado em Itumbiara no Grupo Especial de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – GEPATRI foi covardemente assassinado. O policial em questão, em uma abordagem de rotina, foi surpreendido por uma ação violenta do seu algoz, o qual lhe tomou a arma, uma pistola .40, pertencente a polícia civil de Goiás, des-

ferindo lhe cinco tiros. Antes, porém, o policial civil ainda conseguiu efetuar um disparo e acertar a virilha do criminoso, sendo este preso por policiais militares, tratando-se de Thiago Ferreira de Oliveira, que foi autuado e ficando a disposição do poder judiciário.

A cronologia acima descrita é real. Aconteceu bem próxima de nós. Até quando iremos suportar essa situação? O momento requer um ato de repúdio patrocinado pelas entidades de representação de todas as polícias de Goiás, do Ministério Público, do Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil e dos representantes da sociedade civil organizada. Precisamos mostrar a importância da polícia como elemento de segurança pública e dar ao policial a tranquilidade necessária para desempenhar as suas funções. Não podemos mais aceitar que policiais, responsáveis pela segurança pública, sejam alvos fáceis da bandidagem que agem ao arripio da lei. Ao Estado cabe dar segurança a sociedade. O policial, membro dessa sociedade e agente público, responsável direto pelo cumprimento da lei, merece também a proteção do Estado. Merece, antes de qualquer coisa, o respeito de todos.



CARLOS JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA É AGENTE DE POLÍCIA DE CLASSE ESPECIAL E DIRETOR DA UNIÃO GOIANA DOS POLICIAIS CIVIS (UGOPOCI).

SAUDADES

Corria o ano de 2003 e resolvi participar do curso de operações táticas especiais ministrado na academia de Polícia Civil sob a responsabilidade do Dr. Antônio Gonçalves. O colega estava empenhado em mostrar aos policiais a importância dos cursos de reciclagem para a polícia, notadamente aos veteranos e nos convidou para participar afim de ajudar na divulgação do curso e mostrá-lo mais interessante. Convidou também outros três delegados de polícia, todos, como eu, trabalhando em delegacias de frente e assim fomos. Para contrabalançar, quatro agentes femininas foram matriculadas. Já no primeiro dia percebemos que a coisa era para valer e o rala foi feio, com os 32 alunos empenhados e os instrutores, inclusive Antônio Gonçalves cobrando resultados ao estilo do filme Tropa de Elite.

Durante os dias de instrução, nas duas semanas de intensos treinamentos



o mentor do curso aparecia para inspecionar as aulas e conversar com a turma. Era um breve momento de descontração e folga, porque mal ele saía a ralação comia solta. Os principais instrutores eram agentes de polícia e como regra do curso, todos foram “despromovidos” a aluno, isto é, a hierarquia e prerrogativa dalguns

integrantes da turma foi desconsiderada. Eram apenas alunos e pronto. Acaso o policial não gostasse da nova graduação era convidado a abandonar sem ônus e nem bônus. O agravante era um cemitério nos fundos da academia onde haviam diversas cruzeiras de sepultamento em “desomenagem/desonra” aos desistentes, falados e propalados como frouxos, inconsistentes, moleirões, mariquinhas. Ninguém quis desistir.

Um único colega que não compareceu no terceiro e quarto dia gerou expectativa de festividades funéreas. A nosso pedido, foi mandado investigar se realmente estava doente, porque desejávamos funerá-lhe em desonrarias, mas a notícia dele internado num hospital motivou a visita do xerife com nossas preces de breve restabelecimento. Uma das meninas torceu o pé, aí veio um discurso do mentor do curso, falando de solidariedade, de abandono de parceiros

na luta. Depois da preleção passamos a carregá-la para todo lado durante a segunda semana. Ela se formou conosco. O tal cemitério, que era uma invenção do policial Ricardo, com a benção do Dr. Antônio Gonçalves, não recebeu ninguém de nossa turma. Pena que mudaram a academia demolindo-o, porque senão você poderia visitar o túmulo dalguns policiais molengões sepultados lá.

No último dia do curso, previsto para terminar à meia noite, fomos levados ao Morro da Areia e o estrebucho foi de esfolar vivo. Seis horas da manhã, de frio e lá estava o Dr. Antônio nos esperando com preleção final. Havia uma bala de canhão, duns quinze quilos, que devíamos carregar como mascote, além da colega defeituosa. A noite chegou sem terminar o dia e por volta de vinte e uma horas estávamos dentro dum piscinão de lama com todos os instrutores azucrinando a paciência. Nisto avistei num patamar de pedras o Dr. Antônio, o Dr. Manoel Borges e parte da cúpula da academia. Desconfiado, perguntei gritando a ele se era o final, se o curso estava terminado. Ele respondeu rindo de nosso padecimento:

- Olha Oripe, o curso já acabou. Isto de agora são apenas extras dos instrutores...

Como o mais graduado da turma, o mais velho, o guru deles, gritei que era para sairmos da lama, agarrar aquele bando de agentes/instrutores aporrinhando além do limite. Todos abandonaram as ordens deles e partiram para a margem, para jogar a turma, duns oito instrutores dentro da lama. Eles fugiram todos, escafedendo no mato. Conseguimos pegar apenas o Ricardo Hiena e o Dr. Antônio que ao correr escorregou numa pedra molhada e caiu.

Íamos descontar os abusos nos dois, jogando-os na lama. Mas o Dr. Antônio se apresentou como voluntário/substituto, dizendo do Hiena estar Gotoso. Examinamos o joelho dele vendo o inchaço imenso e o perdoamos por clemência de guerra. Eu segurava o Dr. Antônio, mas diante da franqueza dele, apenas resolvi enfiar a mão de porco na lama, no lugar menos cruel e despejei alguns pingos na sua careca anunciada, dizendo-o batizado como um ótimo colega e pai dos cursos de adestramento físico da academia. Todos bateram palmas inclusive os fujões que voltaram para a beira da piscina e nos abraçaram em confraternização. Ali mesmo o Dr. Antônio fez um discurso simples, otimista e alegre como era ele, nos agradecendo pela brilhante conclu-

são da jornada.

- Dr. Antônio Gonçalves! Que saudades de sua liderança e de suas tiradas sobre qualquer fato que nos apertava. O lastimável acidente de trabalho no helicóptero da PC na zona rural de Piranhas levou além do nosso líder, quatro delegados: Oswalmir Carrasco Melati, Bruno Rosa Carneiro, Jorge Moreira da Silva e Vinicius Batista da Silva. Com estes valorosos colegas foi se parte de nossa garra para reivindicar as metas classistas da polícia. Naquela data fatídica, também perderam a vida outros policiais, peritos e o assassino confesso do crime investigado.

Meu herói Antonio Gonçalves, certamente hoje deve liderar hostes celestiais doutrinando almas desviadas levando-as para o rebanho de Deus.

Nossos respeitos! Nossas saudades!
Nossas homenagens!

Maqtub!

**FONTE/AUTOR:
DELEGADO EURIPEDES
III - (EXTRAÍDO
DO BLOG [HTTP://
DELEGACIADECONTOS.
COM.BR/571/](http://delegaciadecontos.com.br/571/))**

Um policial civil à serviço da comunidade

Há mais de 11 anos que o policial civil Armando de Almeida Carvalho está lotado no 18º Distrito Policial de Goiânia, localizado na Avenida Dona Gercina Borges Teixeira, Qd. 11, Lt. 29, Vera Cruz, nesta Capital. Na verdade, é sua segunda passagem pela referida distrital. No entanto, sua carreira, como policial civil, começou há 28 anos atrás, em Novembro de 1986. Sua primeira lotação foi no antigo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), por onde permaneceu até abril de 1991. De 1991 até o ano de 1996 ele esteve lotado no 18º DP. Depois, foi lotado, entre os anos de 1996 e início de 1999 na Divisão de Perícias Externas do Instituto de Criminalística da Superintendência da Polícia Técnico Científica. De março de 1999 até fevereiro de 2000 esteve lotado na Regional de Posse, mais precisamente na Delegacia de Sítio D'Ábadia. De março de 2000 até março de 2003 esteve lotado no plantão do Instituto Médico Legal/SPTC. E, finalmente de 2003 até fevereiro de 2014, está atuando no 18º DP de Goiânia.

Ainda no curso de formação para agentes de polícia filiou-se à União Goiana dos Policiais Civis – UGOPOCI. “Foi uma importante decisão tomada por mim, pois todo segmento organizado deve ter, na instituição em que trabalha, alguém que o represente. Participei de inúmeras greves, manifestos, passeatas e eventos promovidos pela associação. Graças a ela sou um policial consciente. Sei dos meus direitos e dos meus deveres. Sugiro



Policial Civil de Classe Especial Armando de Almeida Carvalho: “sou um anônimo no meio da multidão”.

a todos os policiais civis, principalmente os novatos, que se filiem a UGOPOCI, pois é uma entidade séria, comprometida, responsável e que luta, incansavelmente, dia-a-dia pelos direitos dos policiais civis de Goiás”.

Atualmente é chefiado pelo Delegado Celso Cassimiro Tristão. Sua equipe de trabalho é composta pelos escrivães Elaine Oda, Celso Tristão Júnior e Geraldo Antunes. Faz parte também da equipe os agentes de polícia Admir Gomes, Alan Paulino, Benjamim Pereira, Cleverson da Silva, Daniel Carneiro e Sebastião de Souza. Esses, ao lado do policial civil Armando, compõem a linha de frente da delegacia, responsável diretamente pelas investigações de inúmeros crimes

praticados na área do 18º DP.

Feliz e muito carismático entre os colegas policiais, Armando é um ótimo investigador. Já solucionou inúmeros crimes. Como destaque podemos citar um crime de estupro ocorrido na circunscrição da delegacia em que trabalhava. Segundo nos relatou, a vítima foi amarrada, amordaçada, vendada e estuprada. A maior dificuldade, encontrada pela equipe do Armando em investigar o crime em questão foi o fato da vítima não ter visualizado a feição física do seu algoz. Porém, a perspicácia e o tino policial fizeram com que o estupro fosse desvendado em menos de dois meses. Após deter um indivíduo, suspeito de furto, o mesmo ficou repetindo expressões que



Parte da equipe de policiais civis, lotados no 18º DP.

foram verbalizadas no crime de estupro. Inteligentemente e lembrando desse pequeno, porém importante detalhe, Armando “montou” uma cena para tentar solucionar o crime. Primeiro, foi até a casa da vítima e a levou até o DP. Lá chegando colocou o suspeito numa sala fechada junto com sua equipe de investigadores. A vítima foi orientada a ficar de fora, com o ouvido junto à porta, para tentar reconhecer a voz do investigado. Quando a vítima ouviu a voz e as expressões utilizadas pelo criminoso não teve dúvidas em afirmar, de forma categórica, que o mesmo era o autor do estupro. A emoção foi tão forte que ela chorou e em seguida desmaiou nos braços da delegada que estava ao seu lado. “Esse dia não me sai da cabeça. Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de investigar e solucionar, junto com minha equipe, este crime terrível,” desabafou Armando.

Outro importante trabalho de lazer oferecido aos policiais civis e a comunidade local é o futebol society praticado pelos amantes deste esporte. A integração entre a sociedade e a polícia civil,

ora representada pela 18ª DP, através do futebol society, começou há muitos anos atrás com o delegado Nelson Yvasse e o então presidente da associação dos moradores, Sr. Petrônio. Aproveitando um espaço vago, ao lado da delegacia, os dois começaram a construção de um campo de futebol e o início das “peladas”. Nos últimos dez anos, este espaço de lazer é de responsabilidade dos policiais civis

Armando (nosso entrevistado), Deusimar, Cleverson Baretta, Jadir Junior e Luciano. Hoje, o campinho encontra-se gramado e rodeado por cercas vivas. É um espaço agradável. As partidas acontecem nos fins de semanas ou nos feriados. Sempre há torneios em disputas. Na galeria do 18º DP há alguns troféus simbolizando as participações destes policiais nos torneios organizados neste espaço de recreação e lazer.

Sentado em sua mesa, onde tem a sua disposição um computador, telefone e alguns dados de investigações em curso, o policial civil Armando de Almeida Carvalho nos diz que é uma pessoa extremamente feliz e abençoada por Deus. Afirmou ainda que as bênçãos do Criador e o amor da sua família são as chaves para o seu sucesso. Porém é um policial sério e comprometido com as suas funções investigativas na delegacia onde trabalha. O seu trabalho é voltado, com exclusividade, para a sociedade. “Procuró oferecer no mínimo um bom atendimento, pois em geral as condições de trabalho deixam a desejar. Todavia, o cidadão de bem tem o direito e eu o dever



Momento de lazer: Campo de futebol society a disposição dos policiais civis na área do 18º DP

ELOGIOS

de atendê-lo bem.”

Sobre sua carreira policial, ao longo destes anos nos revelou ser um anônimo no meio da multidão. Disse também que nunca foi lembrado por méritos e nem por deméritos. Que ama o seu trabalho e que, se preciso fosse, passaria por tudo novamente. Em 27 anos de polícia, trabalhou apenas um ano no interior (Sito D'Ábadia, região do Entorno do DF), deixando bons resultados e ótimas amizades. Na capital foi lotado no IML e Perícia, locais onde não se tem a cultura do elogio pelos serviços realizados. Já no 18º DP, sua segunda casa, como bem gosta de frisar, recebeu poucos elogios formais (oficiais), destes, um foi da Câmara Municipal de Goiânia. Porém, mais importante que os elogios formais são os elogios informais, aqueles prestados no dia-a-dia na delegacia. “Esses (elogios informais) recebo quase todos os dias, sejam eles dados direto a mim, ao meu chefe imediato ou aos meus colegas. Esses sim são elogios verdadeiros, dados por quem realmente reconhece o nosso trabalho”, enfatizou Armando, com os olhos marejados.

Como mensagem aos policiais civis, principalmente para aqueles que estão iniciando a carreira, Armando faz uma reflexão dizendo que não precisamos ser os melhores, porém devemos distanciar dos piores, buscando a perfeição na vida pessoal e no trabalho. De acordo com o Armando, “a luta e a vitória são difíceis, porém possíveis de serem realizadas. A Amizade é o principal elo de ligação entre as pessoas. A dedicação do trabalho policial deve ser exclusiva por ser de natureza contínua.”

Após 27 anos de dedicação exclusiva à Polícia Civil de Goiás, o policial Armando finalmente deu entrada, no último dia 03 de fevereiro na sua tão sonhada e



Sala disponível aos agentes de polícia do 18º DP: “Nesta sala está um pouco do meu trabalho”

almejada aposentadoria. Talvez, quando esta entrevista, dada com exclusividade à Revista UGOPOCI em Foco, estiver circulando no meio policial o nominado policial já tenha aposentado. À ele, a nossa eterna gratidão.

Nome: Armando de Almeida Carvalho
Data de Nascimento: 23 de Outubro de 1962
Local de Nascimento: Mozarlândia-GO
Estado Civil: Casado
Formação: Ensino Médio

Data de entrada na Polícia Civil de

Goiás: 17 de Novembro de 1986

Filiação na UGOPOCI: 1986

Hobby: Futebol

Filme: Ação, policial e Western

Livro: Bíblia

Comida Preferida: Arroz, pequi, frango, guaraniroba e milho (tudo junto).

Ídolos: Jesus Cristo (exemplo de pessoa) e meu amado e saudoso pai Casimiro Domingues de Almeida

Sonho de Consumo: Viajar, Jeep Cross e Cavalgada.



Existem pessoas em nossas vidas que nos deixam felizes pelo simples fato de terem cruzados nossos caminhos e, você Armando de Almeida Carvalho, Agente de Polícia de Classe Especial, com certeza foi uma delas. Desta forma, a Diretoria da União Goiana dos Policiais Civis - UGOPOCI, juntamente com os funcionários e demais associados, desejam a você paz, saúde, sucesso, prosperidade, hoje e sempre. Que você saiba trilhar esta nova jornada que se inicia em sua vida. Feliz e abençoada Aposentadoria.

FONTE: REVISTA UGOPOCI EM FOCO

• *Vida Curta*

O médico chega para o paciente e diz:

- Lamento lhe informar, mas o senhor vai morrer dentro de pouco tempo.

- Oh, meu Deus! Que notícia terrível!

Quanto tempo eu ainda tenho de vida?

- Dez...

- Dez, o quê? Dez meses? Dez semanas?

- Nove... oito... sete...



• *Bêbado Confuso*

Ao sair do boteco, todo embriagado, o bêbado andando na rua, toca o interfone de uma casa e pergunta:

— Seu marido taí?

Uma mulher responde:

— Está, quem quer falar com ele?

— Xá pra lá, brigado.

Chega em outra casa e toca o interfone novamente:

— Seu marido taí?

Outra mulher responde:

— Está no banho, quem quer falar...

— Brigaaaaaado, pooooode deixar.

Na outra casa...

— Bom dia, seu marido taí?

— Está... vou chamá-lo...

— Não, não é preciiiisoo, responde o bêbado.

— Na outra casa:

— Oi, seu marido taí?

A mulher responde:

— Não, mas já deve estar chegando.

O bêbado responde:

— Então, faz favor, olha aqui pra fora e vê se sou eu!

• *Problemas na Terra*

Jesus chama os seus discípulos e apóstolos para uma reunião de emergência, devido ao alto consumo de drogas na Terra. Depois de muito pensar e discutir chegaram à conclusão de que a melhor maneira de combater a situação era provar a droga eles mesmos.

Então, organizam uma comissão de apóstolos para buscarem as drogas na Terra. A operação é feita e, dois dias depois começam a retornar os apóstolos.

Jesus espera à porta do céu, quando chega o primeiro servo:

- Quem é?

- Sou Paulo.

Jesus abre a porta.

- E o que trazes, Paulo?

- Trago pó da Colômbia.

- Muito bem, filho. Entre.

Então chega o segundo apóstolo:

- Quem é?

- Sou Pedro.

Jesus abre a porta.

- E o que trazes, Pedro?

- Trago maconha do Brasil.

- Muito bem, filho. Entre.

E foi assim sucessivamente até chegar o último apóstolo:

- Quem é?

- Sou Judas.

Jesus abre a porta.

- E tu, o que trazes, Judas?

- Polícia Federal! Todo mundo na pare-

de! Mão na cabeça, cabeludo! A casa caiu!

• *Cumulo da Preguiça*

Uma garota muito levada já havia se deitado para dormir quando percebeu que estava com sede. Com sede e com preguiça de se levantar. A saída foi pedir à mãe.

— Mãnheeeeêêê! Me traz um copo d'água.

Era a hora da novela e a mãe fez que não ouviu nada. Mariazinha insistiu.

— Mãnheeeeêêê! Me traz um copo d'água.

E nada. Novamente, a mãe fez que não ouviu. Mas a sede era tão grande quanto a preguiça de se levantar da cama.

— Mãnheeeeêêê! Me traz um copo d'água.

— Se levante e vá beber na cozinha, Mariazinha.

Mais algum tempo e...

— Mãnheeeeêêê! Me traz um copo d'água.

— Ó Mariazinha, se você continuar insistindo, eu vou aí lhe dar umas palmadas.

— Mãe, quando você vier me dar umas palmadas, você me traz um copo d'água?

• *Prova Oral*

Um aluno do curso de direito estava fazendo prova oral da disciplina mais difícil do curso:

- O que é uma fraude?

- É o que o senhor, professor, está fazendo!

O professor, revoltado:

- Ora, ora, ousado você. Explique-se!

- Segundo o Código Penal: "Comete fraude todo aquele que se aproveita da ignorância do outro para prejudicá-lo!"

CADERNO

CADERNO



QUEM ELOGIOU? Diretoria Executiva da União Goiana dos Policiais Civis – UGO-POCI (www.ugopoci.com.br)

ELOGIADOS: Gerente de Ensino da Polícia Civil, Delegada Lilian de Fátima Sena, Instrutores, Professores e Funcionários da Academia da Polícia Civil de Goiás.

MOTIVO DOS ELOGIOS: A Diretoria Executiva da UGOPOCI gostaria de deixar público o reconhecimento à Gerente, aos Instrutores, Professores e Funcionários da Academia da Polícia Civil de Goiás pela condução, formação e profissionalismo por ocasião da conclusão e certificação de 806 novos policiais civis (delegados, agentes e escrivães). Nós, diretores da UGOPOCI, sentimos muito orgulho de fazer parte desta família. Sentimos orgulho de ter profissionais competentes, técnicos, audaciosos, dedicados, capazes e imbuídos em realizar o sonho de muitas pessoas em se tornarem policiais civis, através de concursos públicos e formação na academia da Polícia Civil de Goiás. São profissionais como vocês que dignificam a Polícia Civil de Goiás!!! Continuem nesta luta! Solicitem das autoridades meios e condições para que o trabalho, nos próximos concursos, superem todas as expectativas. Os nossos sinceros parabéns!!!

QUEM ELOGIOU? Henrique Cristiano da Silva (henriquecristianogm@hotmail.com)

ELOGIADOS: Instrutores da Academia da Polícia Civil e aos componentes GT3

MOTIVO DOS ELOGIOS: Fui aluno do curso de formação para Escrivão da Polícia Civil de Goiás-2013 e venho agradecer a todos os valerosos instrutores da Academia da Polícia Civil, como o Instrutor Emival, e a todos os Integrantes do Grupo Tático 3 (GT3), por ministrarem para nós técnicas de abordagem e imobilização que, com certeza, enriqueceram bastante a nossa formação. São profissionais dedicados e altamente capacitados, o que torna a Polícia Civil de Goiás uma das melhores do Brasil.

QUEM ELOGIOU? Elias Veloso (veloso_v@hotmail.com)

ELOGIADOS: Policiais Civis da Delegacia de Padre Bernardo

MOTIVO DOS ELOGIOS: Gostaria de elogiar os Policiais Civis da Delegacia de Polícia de Padre Bernardo-GO pela atuação brilhante na prisão de uma quadrilha de roubo de carga em nossa cidade. Atuando com eficiência, caráter e moral, eles cumpriram o dever legal de tirar das ruas uma quadrilha com uma carga de mercadoria roubada. Foram presos Zé Adilson, dono de um mercado, o filho dele Cleito, e Wellington Robério, Francisco Djalvo e Mauricio. Parabéns ao Delegado Rogério Moreira e aos Agentes de Polícia Ércio, Raul e Lindomar e ao Escrivão Ivan pelo trabalho em prol de nossa comunidade.

QUEM ELOGIOU? Paulo Arruda do Espírito Santo (pa_arruda@yahoo.com.br)

ELOGIADOS: Titular da Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Cargas (Decar), delegado José Maria da Silva e equipe de policiais civis.

MOTIVO DOS ELOGIOS: Sou proprietário de uma pequena empresa de tecidos em Goiânia e constantemente sou vítima de furto, o que me deixa muito revoltado, pois sei que minhas mercadorias são repassadas por estes marginais para receptadores que as revendem por preços bem abaixo do mercado. Desta forma, gostaria de elogiar a conduta dos policiais civis, lotados na Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Cargas (DECAR) por ocasião de uma operação silenciosa, realizada no início de Janeiro de 2014, em lojas da Rua 44, Centro de Goiânia onde apreenderam muitas mercadorias que foram furtadas de lojas no Estado de São Paulo. Espero que essas operações policiais continuem e que retirem de circulação esses bandidos que só vem nos prejudicando. Parabéns!

QUEM ELOGIOU? Marlon Alves Pereira (Maralvespereira@hotmail.com)

ELOGIADOS: Policiais civis de Goiânia

MOTIVO DOS ELOGIOS: Parabenizar os policiais civis da minha bela cidade de Goianésia pelas diversas operações policiais que pretende dar cumprimento a

mais de 300 Mandados de Prisão. Sei que alguns já foram presos e tenho certeza que outros também serão. Continuem firmes nesta jornada, pois sabemos que a missão é difícil, porém não é impossível. A comunidade local conta com o sucesso da Operação 300+.

QUEM ELOGIOU? Carlos do Nascimento (nascimentogoianira23@hotmail.com)

ELOGIADO: Policiais Civis, lotados na Cidade de Goianira

MOTIVO DOS ELOGIOS: Policiais civis de Goianira prenderam, no mês de Janeiro de 2014, o pedreiro Luciano dos Santos, acusado de mais de 20 estupros no município. O estupro já foi reconhecido por algumas das vítimas. Desta forma, gostaria de parabenizar o delegado Vinícius Teles e sua equipe de valerosos policiais civis por ter se empenhado e prendido esse estuprador. A população de Goianira agradece.

QUEM ELOGIOU? Eduardo Gomes (dudugomes85@yahoo.com.br)

ELOGIADOS: Academia da Polícia Civil

MOTIVO DOS ELOGIOS: Gostaria de agradecer pela oportunidade cedida para que os Escrivães de Polícia pudessem fazer o Curso de Abordagem e Algema, considerado fundamental para o dia-a-dia de um Policial Civil, curso este que na minha opinião deveria ser integrado à grade do curso de formação. Parabéns aos Instrutores (Emival, Aguiar, Rafael e José Júnior), à Direção da Academia da Polícia Civil e aos Escrivães de Polícia que participaram referido curso.

QUEM ELOGIOU? Carlos José Ferreira de Oliveira (kajuze@yahoo.com.br)

ELOGIADO: Delegado Abadio Souza e Silva

MOTIVO DOS ELOGIOS: Conheci o então Agente da Polícia Civil Abadio Souza e Silva quando trabalhamos juntos no 2º Distrito Policial de Aparecida de Goiânia (Vila Brasília). Um excelente profissional e um profundo conhecedor do Direito. Estudioso nato. Desse tempo,

vi no companheiro Abadio Souza e Silva uma pessoa extremamente focada nos estudos, principalmente nos concursos para Juiz, Promotor e Delegado. Para nossa sorte, tornou-se um Delegado da Polícia Civil de Goiás. Atualmente, o Dr. Abadio Souza está lotado no 1º Distrito Policial de Aparecida de Goiânia, onde realiza um excelente trabalho. Quando esteve lotado na Delegacia de Polícia de Campinorte, emvidou esforços, junto com sua equipe de Policiais Civis, comunidade local e autoridades para construir uma Delegacia de Polícia decente e de qualidade naquele município. No mês de Outubro de 2013, conseguiu finalmente inaugurar o novo prédio, com uma estrutura moderna. Os meus parabéns, Dr. Abadio. Tinha certeza da sua competência. Sei do seu potencial. Felicidades. Continue sendo essa pessoa que você sempre foi. A Polícia Civil de Goiás e a comunidade só têm a ganhar com o seu profissionalismo.

QUEM ELOGIOU? Leandro Costa (leandrogos@hotmail.com)

ELOGIADOS: Academia da Polícia Civil e GT3

MOTIVO DOS ELOGIOS: Na condição de aluno do curso de formação de Escrivão de Polícia de 2013, venho por meio deste agradecer a Academia de Polícia Civil de Goiás por ter prontamente viabilizado o Curso de Abordagem e Algema, atendendo reivindicação dos alunos. Agradeço especialmente ao mestre Emival, instrutor da Academia, e aos Policiais do GT3 (Grupo de Elite da Polícia Civil), José Júnior, Rafael e Agmar pela didática e excelente conhecimento transmitido aos alunos.

QUEM ELOGIOU? Gutemberg de Lucena (gutembergdelucena@hotmail.com)

ELOGIADOS: Delegado Mozart Martins Machado e Policiais Civis de Petrolina de Goiás

MOTIVO DOS ELOGIOS: Parablenzo todos os Policiais Civis pelo empenho na investigação do crime praticado contra o mototaxista André, fato que chocou toda população. Trabalho policial digno de reconhecimento, iniciado com o Delegado Mozart Machado e seus Agentes, Escrivães de Polícia e todos que cola-

boraram com essa exitosa investigação. Abraço fraterno, Gutemberg de Lucena (Delegado de Polícia em Mato Grosso)

QUEM ELOGIOU? Antonio Carlos Faria dos Santos (antoniocarloscivil@hotmail.com)

ELOGIADOS: Policiais Civis lotados no 8º DP de Goiânia

MOTIVO DOS ELOGIOS: Gostaria de parabenizar todos os policiais civis que participaram da prisão de um porteiro acusado de extorquir uma moradora do prédio em que trabalhava no Setor Jardim Goiás. O crime foi destaque nos noticiários e jornais do Brasil. Segundo os policiais da referida delegacia, o jovem descobriu que a vítima tinha traído o marido. Para não contar sobre o ocorrido, exigiu o pagamento de R\$ 3 mil ou que a vítima tivesse uma relação sexual com ele. O titular do 8º Distrito Policial de Goiânia, delegado Waldir Soares, conta que a vítima era ameaçada há 20 dias. Casada há nove anos, a vítima ficou desesperada com a ameaça. Pensou até em cometer suicídio. No 8º DP foi orientada a contar das ameaças ao marido. Com o andamento da negociação o criminoso aceitou parcelar o pagamento. O acusado foi autuado em flagrante por extorsão. O crime é inafiançável. Caso seja condenado, ele pode pegar pena de até 10 anos de prisão. Desta forma, por mais esta brilhante investigação, praticada pelos policiais do 8º DP, venho de público fazer o devido reconhecimento e tecer elogios aos incansáveis policiais civis daquela distrital.

QUEM ELOGIOU? Denize Bastos Bezerra (denizebastosgo@yahoo.com.br)

ELOGIADOS: Escrivães de Polícia Sandro Fernandes Cardoso e Grimalza Valverde

MOTIVO DOS ELOGIOS: Venho elogiar o atendimento virtual da Polícia Civil de Goiás. Precisei registrar um Boletim de Ocorrência pelo site e fui muito bem orientada de como proceder pelos Escrivães Sandro Fernandes Cardoso e Grimalza Valverde, lotados na Supervisão da instituição. Agradeço também pela rapidez com que fui atendida. Parabéns, Polícia Civil de Goiás

QUEM ELOGIOU? José Virgílio Dias de

Souza (virgiliokid@yahoo.com.br)

ELOGIADOS: Policiais Civis, lotados na Regional de Rio Verde - GO

MOTIVO DOS ELOGIOS: Gostaria de parabenizar e enaltecer a atuação dos policiais civis do Grupo de Investigação de Homicídios (GIH), de Rio Verde (8ª Delegacia Regional de Polícia), pelo excelente trabalho policial que culminou com a prisão em flagrante, no último dia 29 de janeiro, do homicida João Paulo Agostinho dos Santos, suspeito de ter matado com disparos de arma de fogo Wilkson Cabral Pinheiro, crime ocorrido na noite anterior ao dia da prisão do autor. A prisão aconteceu em menos de 12 horas da consumação do crime. Acionados, os Policiais Civis do GIH compareceram ao local do homicídio, onde iniciaram as investigações. Minutos depois já tinham o nome do suspeito João Paulo Agostinho dos Santos, que já se encontrava foragido. A perseguição ao autor seguiu-se de forma ininterrupta até sua prisão em flagrante. A ação que resultou na prisão de João Paulo Agostinho fez parte do plano estratégico Goiás Cidadão Seguro, idealizado em Rio Verde e que tem como objetivo reduzir o número de homicídios. Policiais comprometidos com a segurança do cidadão do bem servem de modelo para todos os demais policiais!!! Os meus sinceros parabéns!!!

QUEM ELOGIOU? Ademar Luiz de Oliveira – Presidente da UGOPOCI (ademarluizoliveira@yahoo.com.br)

ELOGIADOS: Escrivão de Polícia de Classe Especial Elton Ribeiro Magalhães

MOTIVO DOS ELOGIOS: Venho através deste espaço, parabenizar a efetivação do escrivão de polícia de classe especial como o novo Secretário de Defesa Social da Prefeitura Municipal de Goiânia. Acompanho o trabalho do nominado servidor há muitos anos e sei da sua competência profissional para assumir este novo desafio. Além de ser o secretário municipal da defesa social vai acumular também a função de presidente da Guarda Municipal. Estive pessoalmente na sua posse e sei do seu comprometimento com as questões sociais. Tenho certeza que a pasta estará em boas mãos. Parabéns!!! A UGOPOCI está de portas abertas para ajudar no que for preciso.

CADERNO

CADERNO